

# O ALMIRANTE JOHN PASCOE GRENFELL NA MARINHA E NA HISTÓRIA DO BRASIL

*Levy Scavarda*

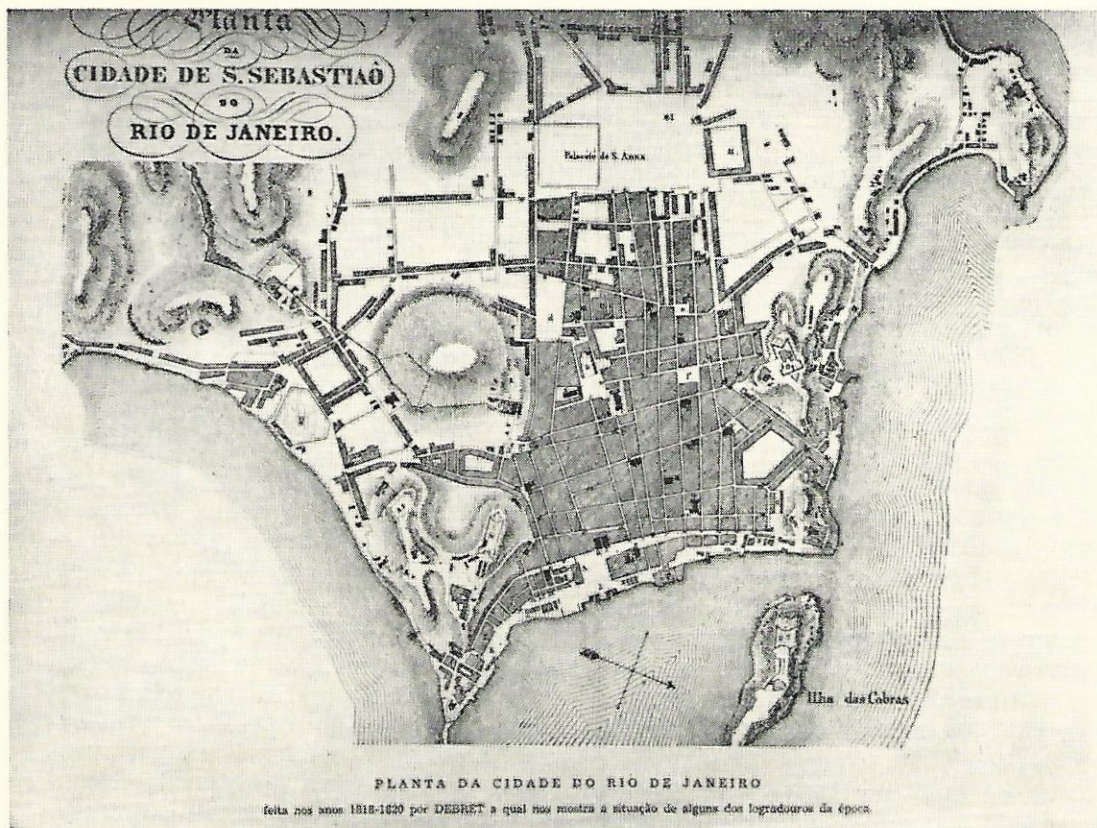
## I — GRENFELL AO SERVIÇO DA MARINHA DO BRASIL

**E**IS UM dos oficiais ingleses, a serviço do Brasil, na Campanha da Independência

e depois dela, enquanto vida teve, de história das mais belas, a igualar-se com as dos mais ilustres heróis do nosso passado histórico. Discípulo do Almirante Lorde Cochrane, circunspeto, reservado, disciplinado, valente, ati-

Mapa da Europa, do século XVIII, onde se vê a Inglaterra, berço de Grenfell. Original na Biblioteca da Marinha.





Planta da Cidade do Rio de Janeiro pouco antes da Independência (Debret).

lado, teve desde cedo, muito moço mesmo, inatos os predicados que fazem os grandes chefes: tinha a prudência, como norma; a decisão imediata, para obviar circunstâncias e a consciência vigorosa dos seus atos que lhe davam confiança em si mesmo, talvez mais do que isto, um senso ilimitado de responsabilidade, revelando no jovem oficial de 1823, as qualidades que, mais tarde, como comandante e chefe, na nossa Marinha, a que êle serviu devotamente, saberia transmitir aos seus comandados, como assinalou Henrique Boiteaux: arrôjo, valor e perícia.

Educado na escola do mar, habituou-se aos seus perigos; cedo aprendeu a velejar; fêz-se nauta, manobreiro, homem de guerra na rudeza dos navios de vela; viveu alentado por um desejo, um ideal: servir à causa da liberdade dos povos. Foi o que êle fêz, ao lado de outros, seguindo as pegadas do seu

grande mestre e chefe, já citado, o Almirante e Lorde Cochrane.

Foi, sem dúvida, um exemplar a mais daquela raça de navegantes que teve origem no reinado de Isabel, na Inglaterra, quando se criaram um Cook, um Drake, um Raleigh, um Haukins e outros a se distinguirem nos anais do seu tempo.

Tentaremos reproduzir a sua história a serviço da nossa Marinha, a serviço do Brasil, que foi das mais brilhantes e dignas de sôbre ela se meditar para tirar-lhe os ensinamentos que servirão à nossa conduta marinheira.

John Pascoe Grenfell, nasceu no Condado de Surrey, Inglaterra, em 30 de setembro de 1800. Era filho de John Grenfell e de Dona Sophia Grenfell. Contam como seus parentes, para lhe dar ascendência fidalga, os Lordes Donorale e Desborough.

Veio para o Brasil, depois de participar das lutas pelas independências do

Chile e do Peru, acompanhando Lorde Cochrane, ao aceitar o *oferecimento que lhe fizera o Govêrno do Brasil para comandar sua esquadra na luta empenhada contra Portugal, a fim de haver sua Independência*. Quis assim, o Tenente John Pascoe Grenfell compartilhar a sorte do seu arrojado chefe e, por isso, a 13 de janeiro de 1823, deixou, com êle, o Chile, embarcando-se no brigue de carta *Colonel Allen*, mais tarde *Bahia*, comandado pelo Capitão Bartholomeu Hayden e chegou ao Rio de Janeiro a 13 de março do mesmo ano de 1823.

Referindo-se à admissão de Grenfell, diz o seu ilustre biógrafo, o Almirante Henrique Boiteux:

“Não lhe foi difícil entrar no serviço da Marinha do Brasil precedido do nome que trazia, e amparado pelo chefe que o apreciava, tanto mais quanto o govêrno havia mandado contratar outros para guarnecer os navios da esquadra em formação.”

É assim que, por Decreto de 21 de março de 1823 foi êle admitido na Marinha do Brasil no pôsto de Primeiro-Tenente, embarcando na mesma data no capitânia do Almirante Cochrane, a nau *Pedro Primeiro*.

## II — RUMO À BAHIA

A 3 de abril seguinte, a Esquadra de Cochrane faz-se ao mar, dirigindo-se à Bahia com a missão de forçar a Esquadra Portuguesa, ao mando do Chefe-de-Divisão João Félix Pereira de Campos, a abandonar o pôrto de Salvador, onde procurava manter as fôrças reinóis ao mando do General Madeira, que dali pretendiam, se não restaurar a autoridade portuguesa em tôda a antiga Colônia, ao menos salvar da mesma o Norte para Portugal. Tendo esta parte sob seus domínios, não seria difícil a Portugal reintegrar-se depois na posse total da Colônia: questão apenas de tempo. Isto, porém, não ocorreu graças à capacidade combativa do Primeiro Almirante Lorde Cochrane, à sua estratégia, aprendida com os seus maiores nos mares da Europa, e à ação desenvolvida pela nossa Esquadra, com João das Bo-

tas, Taylor e, principalmente, Grenfell, no Pará.

Com o memorável combate de 4 de maio de 1823, entre as duas Esquadras: a portuguesa, de um lado e a nossa de outro, pôde o Primeiro-Tenente Grenfell pôr em destaque as suas qualidades de exímio e experimentado oficial, o que o recomendou, mais e mais, ao seu extraordinário chefe. Grenfell, com a sua energia e lealdade, conjura o perigo iminente de ser o capitânia entregue aos inimigos.

Aqui, pois, neste ato de guerra, Grenfell revelava-se o oficial extraordinário, ao qual Cochrane iria, logo depois, cometer-lhe especial e árdua comissão, que relataremos linhas a seguir.

Eis como se deu essa primeira ação patriótica do Tenente John Pascoe Grenfell, aqui relatada por Henrique Boiteux: “Guarnecidos os nossos navios, na sua maioria por marinheiros portugueses adesistas só esperavam, sem dúvida, a primeira oportunidade para provarem o seu amor à terra de nascimento, concorrendo para que não se fizesse a Independência, como já haviam demonstrado na esquadra mandada anteriormente à Bahia, sob as ordens do chefe Rodrigues de Lamare. A magnanimidade imperial para com os cabeças dessa revolta, acoroçoou a nova. Justamente no momento em que o capitânia brasileiro, a nau *Pedro Primeiro*, se achava empenhadã em luta contra a charrua *Princesa* e o navio *Príncipe*, tão próximo daquela que os laises das vêrgas quase se tocavam e já pelo porta-voz intimava o nosso Almirante ao Comandante da charrua inimiga para que se rendesse, do contrário a meteria a pique, deuse a inaudita explosão da traição de alguns daqueles marinheiros, estimulados por outros, que se negaram a manobrar os canhões e a fazer fogo. O fiel de artilharia, o escoteiro e um cabo, encarregados da passagem de cartuchos por sua vez fechando as portas do paiol de pólvora, *peremptoriamente declararam que dali não mais sairia pólvora para atirar a portugueses*. Foi nesta premente situação que Grenfell, auxiliado por ingleses e brasileiros, com indômita valentia, conseguiu prender os amotinados e assim salvou o capitânia de

abater bandeira a navios portugueses, por si sós impotentes contra o arrôjo do nosso Almirante.”

Era êste, pois, o primeiro grande serviço prestado ao Brasil por Grenfell: eliminar a traição, abatendo com mão de ferro, a bordo, os traidores. E o capitânia, a nau *Pedro Primeiro*, continuou incólume e pôde prosseguir no seu afã de expulsar a Esquadra de Félix de Campos das águas da nova pátria, o nosso Brasil, que acabava de surgir e que iria consolidar a sua Independência com sua improvisada esquadra, mas em que sobrava denôdo dos brasileiros que a guarneciam e dos inglêses, entre êstes John Pascoe Grenfell, que traziam consigo o espírito da liberdade dos povos subjugados. Não podemos, em absoluto, esquecer-los, e muito menos o bem que nos fizeram em hora tão aziaga, tão crítica, tão difícil, como aquela em que vivemos por ocasião dos pródromos da nossa emancipação política.

Alijada a traição, restava ao Almirante conduzir seus navios à luta e o faz com o *Pedro Primeiro* e o *Maria da Glória*, limpos dos traidores, que foram deixados na altura do Morro de São Paulo, ponto de concentração da esquadra libertadora: a incipiente Esquadra Brasileira.

Com aquêles dois navios, no primeiro dos quais se achava o Primeiro-Tenente John Pascoe Grenfell e depois com a *Paraguaçu*, fêz-se efetivo o bloqueio ao pôrto de Salvador, onde mal se sustentavam as tropas portuguesas acossadas pelos patriotas, que por terra e por mar, João das Botas à frente, não os deixavam sossegar.

Eis que os portugueses, sentindo a derrocada porque entregues à sua sorte, sem abastecimentos e sem socorro do Reino, só tinham uma decisão a tomar: ou abandonavam a terra que já lhes não pertencia, ou dispunham-se ao combate, enfrentando uma pequena porém bem conduzida fôrça naval. Cochrane era um chefe que, por si só, fazia o inimigo pesar muito as conseqüências de uma luta no mar com semelhante estrategista. Êle apresentava-se sempre precedido de uma fama que o fazia temido.

Agora com Cochrane, estavam sete navios bem tripulados e bem armados.

Félix de Campos, ouvido o conselho de guerra que reuniu, optou pela primeira hipótese, o abandono. Mas, mesmo êste teria que sofrer a ação demolidora do grande vulto da nossa Independência, o Almirante Cochrane.

Aqui seguimos o relato de Boiteux:

“O abandono do pôrto da Bahia pela Esquadra portuguesa, no dia 2 de julho, composta de dezenove navios de guerra, comboiando mais de oitenta navios mercantes carregados de gentes e de tudo o que puderam embarcar, como bons móveis, alfaias de igrejas, sinos e todo o material e ferramentas encontradas nos Arsenais de Guerra e da Marinha, foi o comêço do epílogo do domínio lusitano na América do Sul. Era o fim da dominação portuguesa que se avizinhava e na qual Grenfell daria o golpe mortal, como veremos adiante”.

Dispondo unicamente de sete navios prossegue aquêlé illustre historiador: “desta vez, porém, bem armados e tripulados, começou na noite de 3 de julho, sempre memorável nos fastos da Marinha, uma caça sem tréguas aos retirantes que foram por fim acossados pelo intemorato João Taylor, na *Niterói*, até a foz do Tejo.”

Cochrane, segundo o seu hábito, bom manobreiro que era, atilado chefe, aproveitava-se muito do tempo tormentoso para as suas arremetidas e o fazia com a mestria de quem sabe aproveitar as brechas e entre estas se introduzir, levando o terror ao inimigo que mal se podia defender do tempo, das borrascas, do mar encapelado, dos aguaceiros como ocorreram naquela ocasião. Era um arrojado. Aproveitando-se de uma péssima manobra do inimigo, embora, estivesse em desvantagem, *forçando vela, afastou-se da costa e passando entre navios inimigos despejou-lhes suas baterias.*

Dá-se, então a abordagem do transporte de guerra português *Gão Pará*, cabendo a Grenfell a execução de mandar cortar os mastros grande e de mezena para inutilizá-los, a fim de que regressasse ao pôrto e obter dos oficiais nêle embarcados a declaração de não mais tomarem armas contra o Brasil.

Por êste e outros serviços prestados, foi o Tenente Grenfell promovido ao pòsto de Capitão-Tenente.

O Almirante Cochrane tinha uma dupla missão: a primeira, a de expulsar os portugueses das águas territoriais brasileiras, sem o que não se teriam condições de manter a Independência, pela ameaça que essa Esquadra oferecia à novel nação; a segunda, realizada a primeira, integrar o Norte do Brasil independente, uma vez que grande parte daquela região só vagamente conhecia o que se passava no Centro e Sul do País.

Decidiu-se então o Primeiro Almirante pela seguinte estratégia: dos seus sete navios, seis êle poria no encalço da Esquadra fugitiva e êle, com a nau *Pedro Primeiro*, iria com destino à Província do Maranhão, para onde deviam seguir muitos dos navios portugueses e onde, apesar dos esforços dos nacionais, persistiam êles.

Cochrane, em chegando àquela Província com o seu navio, usa de um artil, conseguindo convencer a Junta Governativa portuguesa de que se achava com tóda a Esquadra Brasileira, à barra, intimando-a ao reconhecimento da Independência. O estratagem produziu o efeito desejado e o Maranhão, no dia 23 de julho de 1823, reconhecia a autoridade do Imperador e incorporava-se ao Brasil.

### III — GRENFELL NO PARÁ

Outro exemplo de dedicação de Grenfell à causa nacional, embora deturpado por seus inimigos mas que a posteridade corrigiu fazendo-lhe justiça, dá-se na sua delicada missão do Pará, em cuja história êle entrou como figura proeminente nos agitados momentos de transição do regime colonial para Independência, prestando assinalados serviços, talvez mais do que podemos pensar. Sem êle, acreditamos, a região paraense, que era todo o mundo amazônico, viria a ser brasileira, sem dúvida, porque lá também existia o espírito nativista e com êle o desejo de liberdade de grande parte dos filhos da região. Mas, não se deve esquecer de que as forças armadas, a administração, as famílias dominantes, a distância que se-

parava do centro irradiador da nossa emancipação política, e os parcos recursos de que êste possuía, com a desvantagem de não poder interceptar o apoio, em tudo, que acaso chegasse de Portugal, não se deve esquecer que sem a ação atilada de Grenfell e o estratagem concebido por Cochrane, o Pará custaria muito a unir-se ao Brasil, se não ocorresse o pior, o que era provável, unir-se a Pernambuco com Pais de Carvalho, na Confederação do Equador.

O nosso historiador e mestre que nos auxilia nesta empresa de, a curto prazo, levantar a vida monumental de John Pascoe Grenfell, conta-nos que a "Província do Pará do mesmo modo ansiava pela expulsão dos dominadores; para auxiliá-la neste proveito, confiou Lorde Cochrane ao Capitão-Tenente Grenfell a delicada missão, como recompensa a distintos serviços prestados a compêlir o embarque das forças portuguesas que se haviam negado de o fazer, quando tiveram conhecimento da não existência da Esquadra Brasileira. A Grenfell coube içar nos fortes do Maranhão a Bandeira Nacional e entregar a defesa dêles aos patriotas maranhenses, cearenses e piauienses que haviam acudido em socorro.

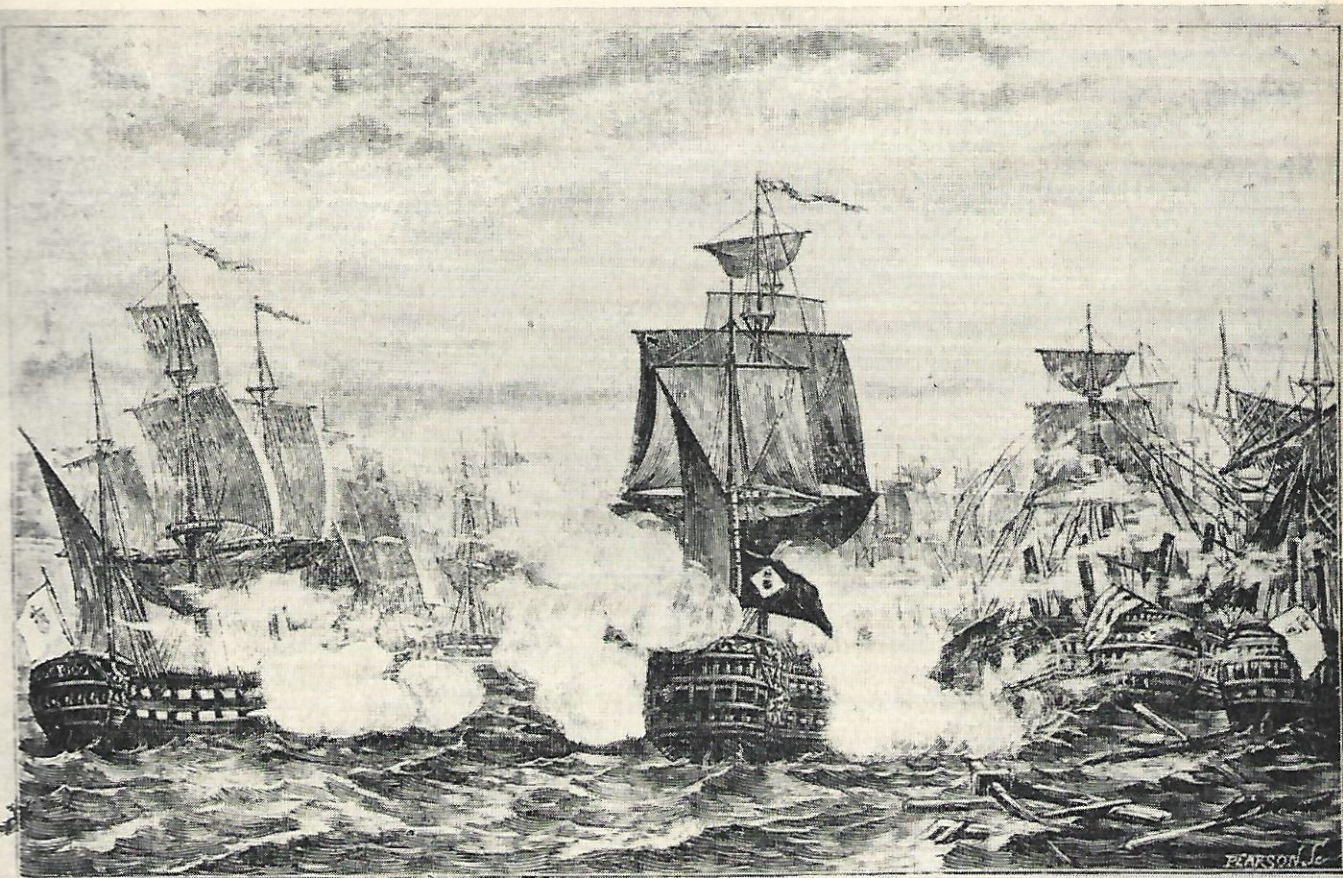
Nomeado a 28 de julho de 1823, o Capitão-Tenente Grenfell, comandante do brigue *D. Miguel*, apresado no Maranhão e batizado com o nome da Província (*Maranhão*), deu-lhe o Almirante as seguintes instruções:

"Sendo muito duvidoso, nas circunstâncias atuais em poder seguir à minha primeira intenção, qual a de ir, com a nau *Pedro Primeiro* ao Pará, tenho resolvido mandar V.M.<sup>ce</sup> e deixar à sua discrição os pontos de menor importância, dando-lhe as seguintes regras para a sua conduta geral:

1º) Depois de tomar um prático, V. M.<sup>ce</sup> se dirigirá ao Pará, onde diligenciará para obter outro prático do rio Salinas, se achar que o primeiro não será capaz de o levar para cima.

2º) Tomará tódas as cautelas para que não haja comunicação com a terra, nem levar cartas, à exceção das que eu lhe entregar.

3º) As ordens que lhe dou, em português, são as que pode mostrar, e vão



*The Brazilian flag-ship, 'Pedro Primeiro,' Admiral Lord Cochrane, chasing and disabling the Portuguese convoy of 13 war-ships and 70 merchantmen and transports, off Bahia, in the War of Independence, the 2nd of July, 1823.*

Combate naval da Bahia, em 2 de julho de 1823, entre as Esquadras Brasileira e Portuguesa, no qual tomou parte o Tenente Grenfell.

dirigidas a V.M.<sup>ce</sup> devendo ser consideradas como dirigidas e datadas d'este navio (o *Pedro Primeiro*) na entrada do Pará, que deve supor ali ancorado. É necessário fazer crer ao Governo do Pará que V. M.<sup>ce</sup> não está só, mas que eu e a Esquadra estamos próximos e prontos a cooperar; portanto deve V.M.<sup>ce</sup> encher nas cartas em português a data do dia em que V.M.<sup>ce</sup> chegar à bôca do rio.

4º) V.M.<sup>ce</sup> será portador de três officios dirigidos à Junta do Pará, dois dos quais contêm impressos e o terceiro é uma notificação de bloqueio; portanto, no mesmo dia de sua chegada à barra do Pará deve encher as datas dos dois ditos officios e a notificação oficial de bloqueio e sem atenção do tempo que poderá gastar em subir o rio acima.

"V.M.<sup>ce</sup> perceberá que minha intenção é por estes meios efetuar objetivos que requerem uma expedição, por isso, tôda a providência e expediente são necessários. É essencial que quando fundear debaixo do forte, e içar a bandeira

parlamentar V.M.<sup>ce</sup> ir pessoalmente em seu escaler com outra bandeira parlamentar fundear com um ancorote em distância regular e esperar um escaler de terra, até garrar em distância própria e ali esperar que um bote venha de terra para receber os despachos que leva. O outro objeto que tem a fazer, depois de libertado o Pará, é apossar-se da nova fragata e se achar com falta de marinheiros, tem V.M.<sup>ce</sup> liberdade, não podendo fazer melhor, deixar o brigue, com o fim de tripular a fragata e transportá-la ao Rio de Janeiro.

Dos seus esforços e bom manejo tudo espero e que conseguirá entrega amigável e aquêles que fôr importante a S.M. Imperial.

Queira ler a carta que está aberta para lhe pôr a data. Aí verá as condições oferecidas à Junta do Pará que são as mesmas que as aceitou o Maranhão.

Incluso achará os sinais secretos e algumas gazetas e impressos do que se passou no Maranhão.



*gravé par M. Goussier. D. 1827. au cabinet royal de la Marine.*

LORD COCHRANE,

Marquis de Maranham,

*Commodore de l'Empire du Brésil  
Commandant des deux escadres impériales Brésiliennes.  
Grand Croix de l'ordre impérial de la Couronne  
le 20. Janvier 1825*

O Almirante Lorde Cochrane, Marquês do Maranhão e Conde de Dundonald Primeiro-Almirante da Marinha Imperial Brasileira, sob cujas ordens serviu Grenfell na campanha da Independência.

Se o Pará se entregar requeira ao Governo, para lhe dar o que fôr preciso; senão, pode voltar ao Maranhão na sua ida ao Rio de Janeiro, depois de ter completado o seu objeto ou mesmo no caso de falência.

Dado por mim a bordo da nau *Pedro Primeiro*, a 5 de agosto de 1823 (a) *Cochrane*.”

Segundo Boiteux, Grenfell suspendeu “com seu navio, o brigue *Maranhão*, no mesmo dia 5 de agosto de 1823, levando como oficial imediato o Segundo-Tenente Victor James Subra, que o referido e saudoso escritor chamou de *Santiago Subrá*. Tratava-se do próprio secretário do Almirante Cochrane, logo homem da sua maior confiança e, como tal, categorizado para auxiliá-lo na delicada missão de que fôra Grenfell investido.

Desconhecidas para êles, tanto para Cochrane, como para Grenfell, eram as águas da região em que êste iria atuar.

Por outro lado, nenhuma informação segura existia sôbre a organização de qualquer partido favorável à independência no Pará, daí parecendo que os meios e as providências à defesa de Belém se afiguravam ao Almirante Cochrane, de grande importância e tanto mais quanto as facilidades de acesso àquele pôrto lhe eram inteiramente desconhecidas, assim como ao próprio Grenfell. O apêlo à praticagem local seria indispensável, Palma Muniz, o ilustre Secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, no seu interessante trabalho de reabilitação de *Grenfell na História do Pará*, esclarece que “precisava o Almirante de estabelecer seu plano em hipótese, contando muito com o fortuito. Tornava-se, pois, necessário tomar Salinas quem tivesse de conduzir os navios até dentro do pôrto de Belém.”

Para isso, incumbiu o Capitão-Tenente John Pascoe Grenfell, como vimos, dando-lhe como força naval disponível, o brigue *Maranhão* citado, tripulado com um efetivo de 90 homens.

“Arriscada, sem dúvida, diz Palma Muniz (ob. cit.), era a comissão, na ignorância em que se encontrava o Pri-

meiro Almirante da Marinha de Guerra Brasileira do estado de ânimos dos paraenses quanto às idéias de independência e dos elementos de guerra de que dispunham as autoridades reinóis do Pará, para receber o seu enviado.”

O que faz de Grenfell um homem excepcional, extraordinário mesmo, é o fato da sua pouca idade, vinte e três anos incompletos, ao assumir responsabilidades desta ordem diante de tão importante comissão, cujas dificuldades e conseqüências não podia aquilatar.

Mas o Almirante, arguto, perspicaz, aquilantou-lhe a madureza antecipada e daí a sua irrestrita confiança nesse oficial de extraordinários méritos e qualidades, só possíveis, como assinalou Palma Muniz, “em um espírito de eleição, visto a sua pouca idade não lhe dar direito ao condão da longa experiência para tão melindroso cometimento.”

Zarpando a 5 de agosto, como vimos, a 7 encontrava-se em Salinas, por isso que favoráveis foram os ventos. Graças ao rasgo patriótico do prático Fortunato José Martins que, por conta própria, sem atenção aos riscos a que se expunha acudiu ao pedido feito por Grenfell, pôde êste chegar ao pôrto de Belém às 7 horas da noite do dia 10 de agosto, fora do alcance das peças da Fortaleza da Barra.

Na manhã do dia 11 de agosto de 1823 sem oposição alguma, panejavam as velas do brigue *Maranhão* abaixo da Fortaleza da Barra, “apesar da série de providências defensivas do Governador das Armas da Província do Grão-Pará, Brigadeiro José Maia de Moura...”

O programa de Grenfell se resumia em obter, pela astúcia engendrada pelo Primeiro Almirante Lorde Cochrane, a adesão do Grão-Pará, vale dizer, da imensa região amazônica à nova situação política brasileira decorrente da sua emancipação. Se bem arquitetada pelo chefe ela o foi, melhor a realizou o seu enviado e discípulo, Capitão-Tenente Grenfell, não obstante sua pouca idade o que faria presumir falta de madureza para semelhante empreitada. Mas, nada disso: Grenfell saiu-se extraordinariamente bem, embora os reinóis o responsabilizassem, injustamente, pela prática



de atos desumanos como aquêles que se consumaram no brigue *São José Diligente* e que servia de presiganga e sôbre o qual falará aqui adiante, o historiador Palma Muniz que tomou a si, a bem da verdade histórica, desmanchar a trama que procurava tirar de Grenfell a beleza dos serviços que êle, naquela ocasião, auxiliado pelos patriotas paraenses, prestara à causa brasileira, à causa da integração do Grão-Pará à comunidade nacional e em razão dos quais por pouco não perdeu a vida numa emboscada preparada pelos reinóis do brigue português *General Noronha*.

Voltemos à ação de Grenfell na questão de adesão do Pará ao Brasil, nação independente.

Afinal, fora do alcance das peças da Fortaleza da Barra, atingindo a ilha de Periquitos, lá aguardou um momento para se comunicar com a terra.

Enquanto isso, desconfiando da verdadeira missão de Grenfell, o Tenente da 2ª linha José Quaresma, Escrivão do Arsenal de Guerra e um dos patriotas paraenses pró-independência, “resolveu — diz Palma Muniz — sorratamente ir ao seu encontro, para o que, na madrugada de 11 a êle se dirigiu em pequena embarcação.” Foi providencial essa ajuda espontânea porque deu a Grenfell o quadro exato da posição do Governo português ali estabelecido.

Aconselhara o Tenente Quaresma a que Grenfell se dirigisse diretamente ao Presidente da Junta do Governo tirando o Governador das Armas do conhecimento do que vinha tratar Grenfell em nome do Primeiro Almirante, supostamente bloqueando o pôrto de Belém e isto para evitar que as injunções daquele militar pudessem fracassar a sua missão, uma vez que esta só dependia da ousadia, por isso que seus recursos verdadeiros em armas eram inexistentes: ou vingaria a astúcia já exposta, ou só restaria a Grenfell fugir, regressando ao Rio de Janeiro, sem a adesão pretendida e necessária do Grão-Pará para a grande Pátria Brasileira!

De fato, como asseverara Almeida Pinto, citado por Palma Muniz, “os officios do Almirante Lorde Cochrane foram diretamente entregues no Paço

Episcopal a D. Romualdo de Souza Coelho, Presidente da Junta do Governo, da qual faziam parte o Coronel Geraldo José de Abreu, como Secretário, e como membros o Dr. Joaquim Correia da Gama e Paiva, Joaquim Antônio da Silva, o Tenente-Coronel Teodósio Constantino Chermont e João Batista Ledo.”

Diz Palma: “Nenhuma hostilidade soffreu o brigue *Maranhão*, que se manteve todo o dia 11 de agôsto no fundeadouro escolhido pelo práctico Fortunato Martins, abaixo da Fortaleza da Barra, aguardando resposta dos comunicados apresentados.”

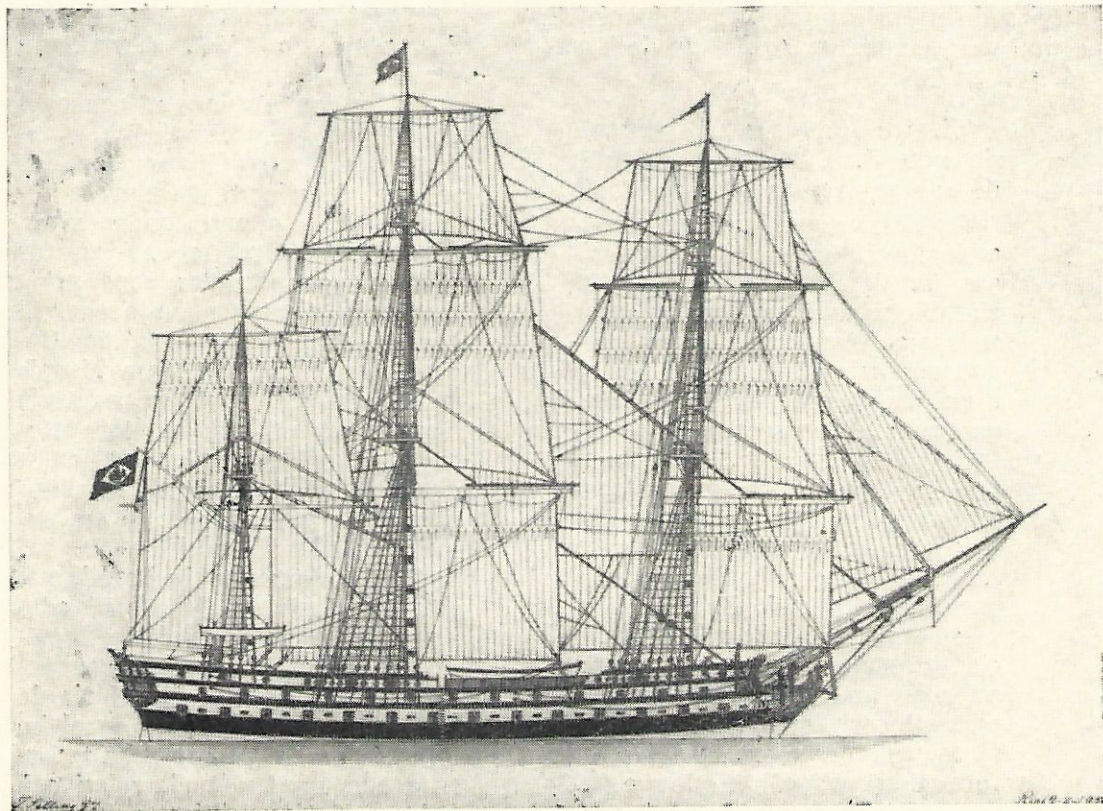
Datado de 9 de agôsto de 1823, segundo instruções, já conhecidas, de Lorde Cochrane, o officio ao Presidente da Junta de Governo dizia:

“Ilmos. Exmos. Srs. da Junta do Governo do Pará. Depois da libertação da Bahia, tendo conseguido com as forças navais e militares debaixo do meu comando livrar os dignos habitantes do Maranhão da sujeição em que se achavam debaixo do jugo português e lhes dar o poder de livremente declarar a sua independência e obediência ao Magnânimo e Constitucional Imperador do Brasil, agora gozam o glorioso privilégio que se oferece nesta ocasião a V. Exas. de fazer suas próprias leis, privilégio que faz a distinção entre homens livres e escravos.

“Tendo-se feito a mudança no Maranhão da maneira mais pacífica, e a independência, adesão à Constituição tendo sido declarada e jurada, julguei do meu dever não perder tempo em oferecer a mesma liberdade e proteção aos dignos habitantes do Pará, mas, antes de levar fôrça à presença dêles, desejo apresentar-lhe uma ocasião para fazer a espontânea declaração dos seus sentimentos, e por isso, mando o brigue de guerra *Maranhão*, últimamente *Infante D. Miguel*, entregar êste e trazer a resposta.

Não há dúvida nenhuma que logo que o Pará se ajuntar ao Brasil, haja paz em tôda a parte.

Ofereço então aos portugueses no Pará os mesmos têrmos favoráveis como no Maranhão; mas no caso de recusarem aceitá-los e daí causarem o



Nau "Pedro I", Capitânia da Esquadra de Cochrane (Desenho de Selling Júnior, ilustre arqueólogo naval brasileiro recentemente falecido):

derrame de sangue, será do meu dever obrigá-los a render-se à discricção.

"No entanto, inclusa remeto a declaração de bloqueio do Pará, junto com o auto da Câmara do Maranhão, que V. Ex.<sup>as</sup>, depois de os ler terão a bondade de me mandar.

D. G. a V. Ex.<sup>as</sup>, 9 de agosto de 1823.

(a) Cochrane."

Além dos impressos, verificou Palma Muniz que "acompanharam êste officio um original manuscrito da Ata da Adesão à Independência, lavrada no Senado da Câmara de S. Luís do Maranhão, a 28 de julho antecedente e as condições que offercia para os adherentes e não adherentes à Independência."

"Tôda a propriedade dos brasileiros e portuguezes que tomarem juramento de obediência a S. M. Imperial será assegurada no Pará pertencente a portuguezes em Portugal, como aos por-

tuguezes no Pará que se recusarem a tomar o juramento, será tomada e será transportada ou para o Rio de Janeiro para adjudicá-la ou será vendida e o dinheiro junto com os documentos se remeterá para o Ministro das Finanças no Rio de Janeiro. — Cochrane."

Êstes documentos foram lidos e meditados pelos membros da Junta do Governo. De resto, as noticias da expulsão dos portuguezes da Bahia, a sua adesão e a do Maranhão, fizeram com que a Junta citada passasse as consequências de um ato irrefletido. É certo que o General José Maria de Moura, Comandante das Armas da Província do Grão-Pará, vale dizer, o homem forte porque dispunha da tropa armada, desconfiado com a exatidão das informações acêrca da adesão das províncias mencionadas, tendia à resistência, enviando, antes àquella Junta êste officio,

escrito do próprio punho, *Confidencial*, e que se encontra no Arq. Pub. do Pará, sob nº 409:

“Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. É necessário que V. Ex.<sup>a</sup> esteja no fato do que se passa no Maranhão.

Os últimos parágrafos do aviso incluso dão uma idéia das coisas na Capital daquela Província. Surpreende-me a notícia dos navios carregados de tropas chegados àquele pôrto no dia 14: se a notícia é verdadeira não sei o que parece. Entretanto à solicitação de V. Ex.<sup>a</sup>, têm se retirado do pôrto alguns destacamentos de milícia e têm-se expedido ordens para se licenciarem todos. Admito reflexões sôbre a posição política do Pará se acaso se verificar a formal decadência do Maranhão, ou voluntária ou coativamente executada: entretanto convém que V. Ex.<sup>a</sup> emita seu parecer sôbre medidas futuras de prevenção e que me devolva o incluso papel. D. G. a V. Ex.<sup>a</sup>. Pará, 2 de agôsto de 1823. Il.<sup>mo</sup> Snr. Presidente e Membro da Junta Provisória Governativa da Província. *José Maria de Moura.*”

Ponderadas as graves circunstâncias criadas pela astúcia de Cochrane, aliada à coragem e calma de Grenfell que só dispunha como fôrça para apoiar-se o brigade *Maranhão* e uma pequena guarnição de 90 homens, o Presidente e o Secretário da Junta Governativa, respectivamente, o Bispo do Pará, D. Romualdo de Sousa Coelho, e o Coronel Geraldo José de Abreu, resolveram entregar o caso a uma assembléia de notáveis, o que teve lugar às 7 horas da noite do dia 11 de agôsto de 1823, no então Largo do Palácio, depois Praça da Independência e atualmente Praça D. Pedro II. Aí o povo reunindo tôdas as classes e, nos salões do Palácio do Govêrno, além de famílias, funcionários públicos, militares, eclesiásticos e comerciantes, reuniram os convidados para a grande decisão e constante da seguinte Ata — (Rev. do Inst. Hist. Geogr. do Pará, vol. IV, 1923):

“Sessão extraordinária de 11 de agôsto de 1823. Abriu-se a sessão às 8 horas da noite e tendo sido convocado um conselho pela Ex.<sup>ma</sup> Junta Provisória, composto do Ex.<sup>mo</sup> Governador das Armas, Senado da Câmara e tôdas as demais autoridades civis, eclesiásticas e militares e muitos cidadãos probos, em consequência de ter a mesma Junta em officio do Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Lorde Cochrane, chefe das Fôrças Navais do Rio de Janeiro, assim como um manifesto de bloqueio dêste pôrto e um officio original da Ex.<sup>ma</sup> Junta Provisória do Maranhão: exigindo o referido Lorde em nome de S. M. Imperial o Sr. D. Pedro I, Imperador do Brasil, que esta Província do Grão-Pará aderisse ao sistema geral do Império Brasiliense, os quais documentos sendo lidos pelo Secretário da Ex.<sup>ma</sup> Junta assim como também o periódico em que se acha transcrita a correspondência relativa à Independência política proclamada no Maranhão, propôs o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Bispo Presidente da Junta, ao Conselho que o objeto para que tinha sido convocado era decidir-se qual o sistema que esta Província devia adotar nas atuais circunstâncias expondo as suas reflexões de que a tranqüilidade desta Província exigia que se aderisse ao sistema do Rio de Janeiro, como o único meio mais eficaz para a salvar dos horrores da anarquia: Foi êste parecer seguido por grande número de membros que opinaram no mesmo sentido e, passando à votação se decidiu unânimemente que se reconhecesse a Independência Política do Brasil debaixo das ordens de S. M. Imperial o Sr. D. Pedro I, à exceção do Governador das Armas que declarou sômente assumiria a esta medida se se verificasse a existência e qualidade das fôrças do bloqueio; e propondo o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Bispo Presidente esta indicação se decidiu, geralmente, à exceção de oito membros, que se

proclamassem a dita Independência, sem indagação alguma das referidas fôrças.”

À vista desta decisão, e da discordância do General-Governador das Armas, José Maria de Moura êste pediu exoneração daquelas funções, o que foi prontamente aceito visto que era um pedido que obviava aborrecimentos.

Entretanto, a sua liberdade, justamente porque não acreditava no bloqueio, realmente fictício, engendrado pelo Almirante Cochrane, como vimos, representava perigo, a dêle e a do Coronel Pereira Vilaça, ambos reinóis, ambos portugueses convictos e fiéis aos seus Reis, no caso, D. João VI. Daí prenderem-nos o que fêz arrefecer o espírito dos reacionários e acalmar os ânimos entre as facções — a dos patriotas e a dos reacionários, embora nestes ficasse latente, no espírito, o desejo de restauração do sistema português.

Impunha-se uma demonstração solene da adesão, *na forma do estilo do tempo*.

A Junta e Grenfell de combinação marcam a solenidade pública para 15 de agosto de 1823, cabendo àquela tomar as providências. Neste sentido a referida Junta Governativa oficiou ao Senado da Câmara de Belém, dizendo:

“Tendo esta Junta destinado o dia de amanhã, 15 do corrente, para celebrar-se a feliz proclamação e adesão ao Império do Brasil e Governo de S. M. Imperial o Senhor D. Pedro Primeiro, por isso previne a V. M.<sup>cês</sup> de que com efeito êste augusto ato se há de verificar às 9 horas da manhã neste Palácio, devendo por isso, e para que seja mais pomposo convocar-se uma Câmara Geral; assim espera esta Junta que V. M.<sup>cês</sup> o pratiquem e se reúnam no referido Palácio onde farão que seja presente o respectivo Livro para lançamento da Ata dêsse dia. Espera esta Junta mais que V. M.<sup>cês</sup> depois se dignam acompanhá-la para a Cathedral, para assistir a um solene Te Deum em ação de graças ao Onipotente por tão singular benefício. Finalmen-

te V. M.<sup>cês</sup> farão publicar segundo estilo luminárias por três noites sucessivas que terão princípio no sobredito dia 15.” etc... etc.

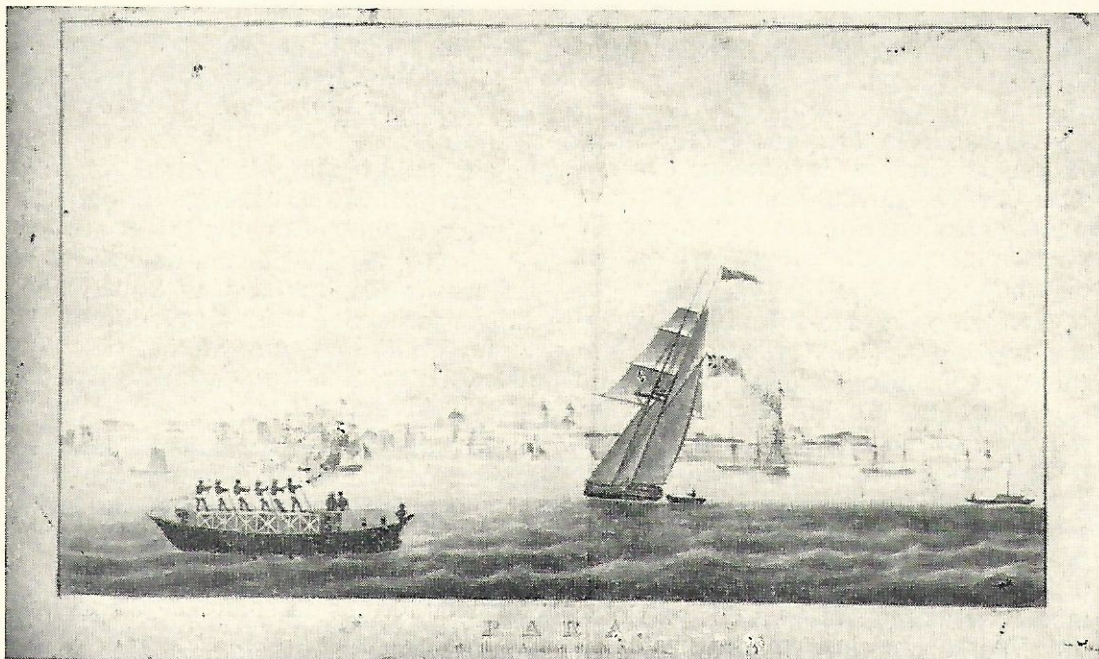
Realizado o ato referido, foi dirigida esta comunicação a S. M. o Imperador em que a Junta Governativa do Grão-Pará, por seu Presidente, dava ciência da adesão da Província ao Império do Brasil, coroando, assim a ação inteligente de Grenfell ao cumprir com absoluta discrição as sábias ordens recebidas do grande Almirante Cochrane.

E não haveria derramamento de sangue no caso, como não houve no Maranhão, se não houvesse a imprudência de exaltados, dos reinóis e dos patriotas também, como veremos adiante.

Eis os termos da comunicação ao Imperador, acima referida:

“Senhor. Permitindo a Providência sempre adorável nos seus desígnios, que as Côrtes de Portugal se dissolvessem como mereciam, acelerei o meu regresso a esta província no intento de pacificar os ânimos e conciliar os partidos até concluir-se diplomaticamente, o negócio da sua independência e adesão a V. M. Imperial, o que ela, já havia meses, procurara realizar com todo o ardor, que sem temer o despotismo militar, por vêzes arriscou os seus esforços. Mas não foi preciso esperar o resultado da negociação entre V. M. e seu Augusto Pai; porque tendo eu sido obrigado a presidir a Junta Provisória, que a fôrça armada tinha organizado a 1º de março dêste ano, tive o prazer de moderar com a influência de meu conselho o entusiasmo muito mais exaltado à vista do brigue *Maranhão* e dirigir a aclamação pomposa de V. M.

No meio de tantos e tão alegres aplausos manifestados em tôda a província, julgo-me ufano de felicitar a V. M. por tão feliz e suspirada inauguração, esperando e com tôda esta igreja, que o



Pará, no rio Amazona, anos depois de aquela província ter sido libertada por Grenfell. (Litografia Eduard Ducan).

céu derrame torrentes de bênção sôbre V. M. e sua Augusta Família, para conservação do Império e felicidade da nova e heróica Nação Brasileira.

Pará, 15 de agôsto de 1823 —  
*Romualdo, Bispo do Pará.*”

No dia seguinte, 16, a Junta do Governo marcou a cerimônia de Juramento de Fidelidade, vinculando o povo ao Imperador. Naquele dia, às 9 horas da manhã, no Palácio do Governo, reuniram-se os membros da Junta e do Senado da Comarca de Belém, as autoridades civis, eclesiásticas e militares, lavrando-se o seguinte Ato que foi subscrito pelas autoridades primeiro, e depois pelas demais pessoas presentes:

“Ano do nascimento de N. S. Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte e três, aos dezesseis dias do mês de agôsto do dito ano, nesta Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, no Palácio do Governo e na sala de respeito, onde se achavam reunidos a Junta Provisória do Governo Ci-

vil da Província, o Senado da Câmara desta Cidade, e tôdas as mais Autoridades Civis, Eclesiásticas e Militares, a fim de prestarem o juramento de fidelidade e adesão a S. M. Imperial o Muito Alto e Poderoso Senhor D. Pedro Primeiro, Imperador Constitucional e Perpétuo Defensor do Reino do Brasil, o qual juramento prestarão tôdas as sobreditas Autoridades nas mãos do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Bispo Presidente da Junta Provisória sôbre o livro dos Santos Evangelhos da forma seguinte: Juro aos Santos Evangelhos em que ponho as minhas mãos obediência e fidelidade a S. M. Imperial o Senhor D. Pedro I, e aos seus sucessores, observar e fazer observar todos os seus decretos e leis existentes, manter e defender a Independência do Brasil, até derramar todo o meu sangue. O que tendo assim jurado cada um de per si, mandou a Junta Provisória lavrar êste ato que em testemunho de verdade todos assinaram comigo.”

Giraldo José de Abreu, Secretário. (Rev. Inst. Hist. Geog. do Pará, vol. IV, pág. 331 e seguintes).

Diante destes três atos formalizantes da integração da Província do Grão-Pará na Pátria Brasileira, estaria finda, por assim dizer, a missão de Grenfell no Pará: a Província aderira à Independência; o Governo fizera o ato de proclamação e aclamação de D. Pedro I, como Imperador Constitucional e Perpétuo Defensor do Brasil; e finalmente, realizara-se o juramento de fidelidade e adesão a S. M. Imperial o Senhor D. Pedro Primeiro, do qual participara o Governo e o povo.

Instituiu-se novo governo, agora chefiado por Giraldo José de Abreu, ex-Secretário da Junta Governativa Provisória.

Palma Muniz, (ob. cit.) põe destaque à conduta irrepreensível de Grenfell como tal, representante do Governo Imperial.

Afirma a conduta de escrupulosa neutralidade quanto à escolha dos homens para a suprema administração, deixando esta empossar-se, a fim de dar prosseguimento às instruções que lhe dera o Primeiro Almirante brasileiro.

E conclui, assim, sobre o procedimento de Grenfell: "Serena e prudentemente, procedendo sob os ditames da cuidadosa correção, aguardou as novas organizações para agir."

Passemos às *prêsas* que Grenfell, sob a exclusiva responsabilidade do Almirante Lorde Cochrane, fez no Pará.

O Dr. Alfredo Balthazar da Silveira, em que pesassem as suas qualidades de historiador, deu à ação de Grenfell na questão das *prêsas* um sentido de exorbitância às "instruções que recebera, consentindo, diz êle, em *A Esquadra nas lutas da Independência, Cochrane*, Rev. Inst. Bras. Tomo Esp., Parte V, 1917, pág. 451, que o pôrto do Pará servisse de palco a exhibições degradantes, que sujaram os galões do seu punho."

A isto, com absoluto corretismo, em nome da verdade histórica, redarguiu Palma Muniz (obr. cit.) dêste modo,

baseando-se na documentação existente nos arquivos de Belém do Pará, ou seja, onde atuou o próprio Grenfell:

"Baseando-se a história na documentação legada pelos tempos, antes de sancionar um juízo tão pejorativo sobre um ilustre marinheiro que tanto serviu à nossa Pátria, em momentos agudíssimos de sacrifícios e morreu ainda no desempenho de cargo público do Brasil, devemos pesquisar bem os fatos para podermos fazer um julgamento definitivo e sereno, à luz dos monumentos passados."

Depois de relacionar o movimento do pôrto de Belém, de junho até 31 de dezembro de 1823, e de transcrever inúmeros documentos, diz o erudito historiador Palma Muniz que "por êsses monumentos históricos iremos chegar à conclusão de que o *confisco* no Pará não obedeceu a uma forma arbitrária e violenta, como se tem afirmado; na respectiva execução interferiram o Governo Civil, a autoridade judiciária, pela comissão do Almirantado, e a naval, concentrada nas mãos de Grenfell, simplesmente por deter os navios e cargas, até a averiguação de pertencerem ou não a inimigos do Brasil."

E conclui adiante:

"Demonstram os monumentos históricos que possuímos não ter havido, como pretendem alguns autores, assaltos aos vasos de guerra e mercantes, sob forma abusiva e prepotente, nem seqüestros violentos de mercadorias, com desrespeito de direitos particulares e sem os procedimentos administrativos necessários em tais urgências e emergências, e efetivamente adotados no Pará."

A incorporação de navios de guerra, no caso, a charrua *Gentil Americana* e a fragata *Leopoldina*, requisitadas à Junta Provisória em 19 de agosto de 1823, depois da adesão do Pará ao Império, legitimava-se, não só em face dessa adesão, como do estado de guerra existente entre Brasil e Portugal.

Não houve nisto nenhuma arbitrariedade da parte de Grenfell, que agiu,

como devia agir naquelas circunstâncias, visando ao interesse nacional: eram prêsas de guerra. Assim também o foram os navios mercantes portugueses, cujo seqüestro com as respectivas cargas observou o estilo da época, subordinando-os às autoridades da Província e à Comissão do Almirantado, da qual Grenfell não pertencia, num gesto elegante de absoluta isenção de ânimo e desejoso de que se fizesse justiça em todos os casos.

Realmente, conclui Palma Muniz:

“Nas questões de prêsas os seus galões de Capitão-Tenente conservaram sempre o brilho que honra a Marinha Brasileira, da qual foi êle um verdadeiro ornamento.

Em todos os casos de apresamento de navios e mercadorias limitou-se a embargar as embarcações, exigir documentos de propriedade das mesmas e de suas cargas, remetê-los à Junta Provisória do Govêrno da Província, a fim de submetê-los à Comissão do Almirantado, sujeitando-se ao veredictum dessa Comissão.

Agiu sempre como um forte, diga-se de passagem, como um disciplinado cumpridor de ordens, porque agia em nome e por determinação de seu chefe imediato o Almirante Lorde Cochrane, mas respeitou as nossas organizações administrativas, as resoluções da Junta do Govêrno, as decisões da Comissão das Prêsas com o alto e nobre empenho de bem cumprir o seu dever.”

#### IV — UMA NÓDOA NA VIDA EXEMPLAR DE GRENFELL?

Questões de política interna, iniciadas com fatos ligados a protecionismo de uns em detrimento de outros e ambição de alguns, resultaram em rebeldias visando à deposição do Govêrno chefiado pelo Coronel Giraldo José de Abreu, movimento armado levado a efeito na noite de 15 de outubro de 1823. Seu cabeça fôra o Cônego Batista Campos, de

conivência com Félix Antônio Clemente Malcher.

Vamos dar a palavra, aqui, ao historiador Palma Muniz que, perfeitamente esclarecido, nos dirá o que de fato ali ocorreu em relação ao nosso biografado, Capitão-Tenente John Pascoe Grenfell.

Reputamos a parte mais delicada da vida de Grenfell a serviço do Brasil, inclusive porque os seus detratores pretenderam apontá-lo como um monstro desumano, ao contrário do que nos vai dizer o imparcial e erudito Palma Muniz, de resto dos mais categorizados historiadores paraenses e, principalmente, em história do Pará.

Acompanhem-lo:

.....

“Armados assim e já capitaneados por Batista Campos, seguiram para o Largo do Palácio, onde exigiram as demissões requeridas anteriormente; declararam deposto o Presidente da Junta do Govêrno, Coronel Giraldo José de Abreu e aclamaram o Cônego Batista Campos para substituí-lo. Êste considerou-se logo investido das novas funções e prometeu aos amotinados as demissões exigidas, recolhendo-se a tropa aos seus quartéis.

O Comandante Grenfell, depois de verificar a situação diante do Trem de Guerra, recolheu-se a bordo, não se imiscuindo no movimento, indo certamente tomar providências de segurança à espera do dia seguinte.

A 16 convoca Batista Campos os demais membros da Junta do Govêrno, não se tendo de fato realizado reunião alguma, porquanto do *Livro de Atas* das sessões da Junta não consta termo algum.

Por ato seu (do Presidente da Junta) decreta a demissão de 9 oficiais do 1º Regimento, 9 do 2º, 14 do 3º, 6 do Corpo de Artilharia e 1 de Cavalaria, todos da 1ª linha, mandando recolher os oficiais demitidos à charrua

*Gentil Americana*, como presos políticos, à exigência da tropa.

O dia 16 decorreu na insegurança pública, fechando o comércio e mantendo-se a população da cidade em sobressalto, não tendo Batista Campos força moral nem física para conter os desmandos.

Na noite do dia 16 (diz ainda *Hum Paraense*) alguns soldados ébrios, capitaneados por um músico perverso (o soldado Maximiano), arrombaram as portas de alguns lojistas (que o mesmo autor declara em nota, serem Bento José da Silva, José Maria Duarte, João Antônio Lajes e o Tenente José dos Mil Diabos), que haviam sido acérrimos inimigos dos independentes e promoveram uma série de desordens na cidade.

Era o pleno domínio da anarquia, do saque e da insegurança pública que se tornava necessário coibir, e tudo à sombra da presidência de Batista Campos, impotente para dominar a situação.

Entretanto, o Coronel Giraldo José de Abreu, de acôrdo com José Ribeiro Guimarães e João Henrique de Matos, procurou entender-se com o Comandante Grenfell, a fim de restaurar a ordem e sobrestar a anarquia.

Na própria noite de 16, de acôrdo com o Capitão João Henrique de Matos, desembarcou Grenfell, acompanhado do seu imediato Santiago Subrá (ou Victor James — ou Jaimes — Subra), parte da sua guarnição e da marinhagem mercante, a fim de restaurar a ordem, desarmando os amotinados.

De fato desprovidos, êstes, de oficiais e abandonados pelo próprio Batista Campos, que se retirara para sua residência, viram-se cercados, aprisionados e desarmados na mesma noite. Era natural que desse a circunstância muito trabalho a Grenfell,

exigindo derramamento de sangue, a fim de conseguir restaurar a ordem.

.....

A alteração da ordem pública, a subversão da suprema administração da Província, sob a forma revolucionária levada a efeito, em um período tão crítico como o da incipiente entrada do Grão-Pará no regime da Independência, com a agravante da imposição de medidas que afetavam profundamente o meio social paraense, exigiam enérgicos corretivos, a bem da própria estabilidade do nôvo regime. Impressionou por isso grandemente a revolta os responsáveis pela manutenção da ordem pública. E essas agitações, como aliás aconteceu em outros pontos do nosso próprio País, conduziram à prática de violências afetando no momento a forma de coercitivos necessários e improrrogáveis, em relação a certos indivíduos tidos como cabeças do motim.

Tem sido acusado Grenfell de, nessa emergência, haver feito fuzilar cinco indivíduos, os sargentos Manuel Raimundo e Filipe de tal, o músico Maximiano, o soldado Antônio, o civil Custódio, guarda-portão do Arsenal de Marinha; sem forma de processo.”

Sobre isto a própria Junta do Governo do Pará informou em ofício de 23 de outubro de 1823, ao Ministro do Império, José Bonifácio, nestes termos:

“Fizeram-se comparecer os principais, e reconhecidos chefes da quadrilha (dos saqueadores) e da revolta, e ali em conselho verbal (da Junta do Governo) foram condenados à morte e cinco foram fuzilados...”

Logo, não foi Grenfell que os mandou fuzilar, porém a própria Junta do Governo, em ato sumário de julgamento.

Mas, não foi apenas isso. Imputou-se por muito tempo, a Grenfell a responsabilidade pelo massacre de amotinados,



verdadeiro *São Bartolomeu* da História do Pará, a bordo do brigue *Diligente* rebatizado com o nome de *Palhaço*, servindo de prisão e onde, na noite de 20 para 21 de outubro de 1823, 256 indivíduos sofreram horrores de sede, de calor e da falta de umidade, dos quais 252, dentro do porão daquele navio, morreram em poucas horas por asfixia, “por furor de raiva e desesperação.”

Fôra Grenfell o responsável por êsse atentado desumano à moral e à vida?

Com isto não concorda, em absoluto Palma Muniz.

Ouçamo-lo, novamente, a propósito, porque há ainda os que, por tradição oral, fazem injustas imputações a Grenfell sôbre aquêlê massacre de criaturas humanas, baseados na narrativa mal interpretada de Oliveira Machado.

Veja-se o que disse a Junta do Governo ao Ministro José Bonifácio, dando-lhe contas dos acontecimentos, no ofício citado:

“Tomadas tôdas as medidas de prevenção, e segurança, temendo-se que os soldados revoltosos e ladrões, que se achavam presos em números de 256, arrombando a prisão, como já haviam tentado, renovassem as desordens; rogou a Junta Provisória ao Comandante do brigue *Maranhão* (no caso a Grenfell) lhe destinasse um navio (foi destinado o *Palhaço*, comandado pelo Tenente Joaquim Lúcio de Araújo) onde pudessem transportar-se, e estar em mais segurança e com efeito, passaram para bordo de um navio (o citado); de noite amotinaram-se, queriam forçar a escotilha, o que obrigou o Comandante do *Palhaço* a dar-lhe uma descarga em que alguns morreram; porém êles estavam entregues à desesperação e com o mais extraordinário frenesi, lançando-se uns aos outros se esganaram ou afogaram, escapando do Auto de Corpo de Delito, e da devassa a que por semelhante respeito se procedeu, e consta do documento nº 33.”

No incidente rebelionário do mês de outubro de 1823, o Comandante Grenfell teve saliente papel. À sua enérgica atuação, em comum acôrdo com a Junta Provisória do Governo, deveu esta a sua estabilidade e a Capital da Província a restauração da ordem.”

Adiante diz o mesmo ilustrado historiador:

“À conta de Grenfell tem sido levado também a catástrofe do brique *Diligente* ou *Palhaço*.

Pede-lhe a Junta do Governo um navio para recolher os prisioneiros da insubordinação, em vista do respectivo número avultado e da insegurança das prisões da cidade. Aceita êle (o Governo), o brigue *Palhaço* sob o comando do Tenente Joaquim Lúcio de Araújo, ao qual são recolhidos, na tarde de 20 de outubro, 256 insurretos, entre soldados, bombeiros e prisioneiros civis.

Tendo o navio, comandante e guarnição, além da permissão dada para servir de presiganga, nenhuma outra interferência cabia ao comandante do brigue *Maranhão*, quanto aos presos lá recolhidos, que ficaram sob a guarda e vigilância exclusiva da referida guarnição. Dá-se a sublevação a bordo, a guarnição toma medidas coercitivas por sua própria conta e procede bárbaramente contra os prisioneiros, ao ponto de sobrevir a horrível catástrofe, verificada na manhã de 21; como pretender atribuí-la ao Comandante Grenfell, estando a bordo do seu navio capitânia e não tendo sido invocado sôbre os acontecimentos do *Palhaço*?”

Ao comandante dêste, antes de qualquer outro, deverá recair a responsabilidade da ocorrência, pois que lhe competiam as averiguações da situação dos prisioneiros, por dever de ofício e por humanidade.

Raiol, tomando a narrativa da catástrofe, da pena de Machado de Oliveira, não foi sincero (para não utilizar de outra expressão) porquanto omitiu a sua parte final, cometendo a grave falta de truncar o pensamento do autor que copiou, na parte relativa ao Comandante Grenfell, deixando que o leitor desprevenido fique na persuasão de que êste atribuiu ao ex-Presidente do Grão-Pará a responsabilidade da catástrofe. Ao tratarmos do infeliz acontecimento, temos de restaurar a verdade, não somente em relação a Grenfell, como a Machado de Oliveira, no juízo emitido.

Concluindo a sua narrativa diz êste último:

“Conhecendo pessoalmente o caráter prudente e circunspecto do Comandante Grenfell, êsse bravo general da Armada Brasileira, que tem feito importantíssimos serviços ao Brasil, e ora se empenha com esforços sem medida por suplantar a rebeldia do Sul, *jamais lhe posso atribuir a menor parte naquela atroz carnificina.*”

Querendo prevenir terríveis resultados da populaça desatinada que era açulada por demagogos ocultos e apoiada por soldadesca ébria, como fica acima exposto, fêz resistência a essa fôrça bruta, que em tais momentos a nada atendeu, e conseguiu reprimi-la; e tôda a culpa dessa nunca vista atrocidade parece que deve recair sôbre quem atochou em um estreito âmbito 256 indivíduos em estado tumultuário e de furiosa desesperação.” (José Joaquim Machado de Oliveira, Juízo sôbre as obras, *Corografia Paraense*, por Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, e *Ensaio Corográfico sôbre a Província do Pará*, por Antônio Ladislau Monteiro Baena, página 362).

Grenfell enquanto não foi acusado, no caso, frontalmente, não se defendeu, porque, homem reservado, só falava quando tinha motivos para tal. Na



Fragata “Imperatriz”, que foi comandada por Grenfell. Fotografia existente no Arquivo Histórico do SDGM.

consciência nada lhe pesava porque o massacre não fôra obra sua, nem mesmo intencional.

Aconteceu que um funcionário da Alfândega de nome Aranha, levanta rúmor contra Grenfell e seus oficiais no tocante ao morticínio do *Palhaço*, o que leva a êste a officiar à Junta Provisória, em 23 de outubro de 1823, “manifestando a repulsa à acusação e pede a imediata prisão do acusante.”

Eis os têrmos do officio citado:

“Ex.<sup>mo</sup> Senhor. Estando bem positivamente informado de que um empregado da Alfândega dessa cidade chamado Aranha (Joaquim Antônio de Sousa Leal Aranha, Meirinho da Alfândega) espalha no Pará notícias, não somente falsas, e tendenciosas (a respeito da triste catástrofe do navio *Diligente*), como também ataca diretamente o caráter e decôro dos meus oficiais, e de mim, e em geral, o Governo da Província, e sendo um dos seus

únicos deveres prevenir esta cidade de novas desordens suscitadas pela perfídia de alguns inimigos da boa ordem, e da sociedade.

Rogo a V. Ex.<sup>as</sup> que mandem o Comandante da Polícia apossar-se imediatamente dêste individuo e que seja remetido prêso para bordo dêste brigue." D. G. a V. Ex.<sup>a</sup> Brigue *Maranhão*, 23 de outubro de 1823. (a) John Pascoe Grenfell, Victor James Soubra, secretário do Ex.<sup>mo</sup> Primeiro-Almirante." (Arq. Publ. do Pará, correspondência de Grenfell com a Junta do Gov. 1823-24).

Conclui Palma Muniz:

"Se a própria análise dos acontecimentos não houvesse já conduzido a eximir o Comandante Pascoe Grenfell de tôda e qualquer interferência no tristíssimo acontecimento do *Palhaço*, se todo o seu proceder até então na Província do Grão-Pará não permitisse reconhecer-lhe as altas qualidades de prudência, estrito cumprimento do dever e elevação de sentimentos, êsse ofício bastaria para histórica e moralmente comprovar que a catástrofe, da galera (diga-se: *brigue*) *Diligente* ocorreu sem a sua responsabilidade. Demonstra ainda o seu pesar por êsse triste acontecimento. Classifica de tendenciosas e falsas as notícias espalhadas pelo tal Aranha, e repele com energia a calúnia contra o caráter e decôro seus e de sua officialidade."

O indigitado funcionário foi prêso e encaminhado ao brigue *Maranhão* com êste ofício da Junta Provisória:

"A Junta Provisória tem a honra de acusar o ofício de V. S.<sup>a</sup> da data de hoje requerendo a prisão de um empregado da Alfândega chamado Aranha, ao que imediatamente anuindo o

mando prêso a bordo do brigue *Maranhão* como V. S.<sup>a</sup>, requer, ficando o mesmo ofício servindo de corpo de delito para processo judicial." D. G. a V. S.<sup>a</sup> Pará, Palácio Imperial, em 23 de outubro de 1823. Ex.<sup>mo</sup> John Pascoe Grenfell" (Arq. Publ. do Pará, nº 969).

O funcionário referido sofreu processo de crime por calúnia e com o que se limpou a honra e a dignidade do Comandante John Pascoe Grenfell tão insidiosa e maldosamente acusado, acusação que não resistiu à luz da verdade histórica que vale no caso como a voz de Deus.

#### V — GRENFELL DEIXA O GRÃO-PARÁ, MAS PARA SOFRER NOVAS INJUSTIÇAS

Estava escrito que Grenfell sofreria novas injustiças. Era a consequência de um momento de instabilidades e em que duas facções se defrontavam gerando intrigas: de um lado, o nativismo explosivo pró-Pátria Brasileira; de outro, o portugualismo por vêzes preponderante. Dêsse estado de coisas a atmosfera tornava-se pesada e Grenfell o homem forte da terra via-se por ela envolvido em razão dos criadores de cizânias, visando a perturbar a harmonia existente entre êle e os homens de governo.

Sabiam-se das ordens que êle havia recebido de armar a fragata *Imperatriz Leopoldina* e levá-la a incorporar-se às unidades navais, no Rio de Janeiro.

Quase terminados os trabalhos na fragata, em janeiro de 1824, circularam boatos de que Grenfell "sem mais atenção à Junta Provisória" pretendia retirar-se do Pará, "levando tôdas as fôrças sob o seu comando."

Pura invencionice de quem desejava criar, no Governo local, um mal-estar, uma vez que a presença daquele chefe era motivo de segurança e de estabilidade para o próprio Governo.

Por isso, impressionada a Junta referida, esta o interpelou assim no Ofício de 24 de janeiro de 1823:



Retrato do Almirante Grenfell, já sem o braço direito, que perdera em campanha nas águas do Prata. (Desenho a lápis por Antônio Raphael Pinto Bandeira, segundo Hadfield. Original na Biblioteca Nacional, seção de Iconografia).

“Têm neste dia chegado à Junta Provisória muitos requerimentos de pessoas que pedem passaportes para fora da Província; a causa dêste acontecimento é um boato (origem desconhecida) que se tem espalhado talvez pelos inimigos da ordem, de que V. S.<sup>a</sup> em breves dias se retira desta Província com as fôrças de mar, o que tem derramado a consternação no meio de todos os habitantes. A Junta Provisória não pode dar crédito a tais boatos porque V. S.<sup>a</sup> nenhuma informação tem dado a tal respeito, mesmo porque V. S.<sup>a</sup> tem empenhado a sua palavra de não desamparar esta Província enquanto a segurança aqui fôr necessária, ou que S. M. Imperial haja de mandar as suas ordens ou algum socorro, que a defenda. Seria ocioso ponderar a V. S.<sup>a</sup> os incalculáveis males, e a certa ruína da Província se chegassem a efeito o que sômente vozes, dos mal-intencionados propagam; porém a Junta Provisória desejaria ter uma segurança sôbre o êrro de que está persuadida, o que, restituindo a tranqüillidade aos bons, aterraria os maus; por isso a Junta Provisória roga que, com franqueza que exige o serviço de S. M. I. e segurança desta vasta porção do Império do Brasil, seja servido de lhe declarar a sua intenção a êste respeito, na certeza de que a Junta Provisória confessa sempre por V. S.<sup>a</sup> o mesmo sentimento que tem conservado e que conservará apesar de que a cizânia pretende perturbar a harmonia entre V. S.<sup>a</sup> e esta Junta Provisória.

D. G. a V. S.<sup>a</sup> Pará, no P. I. 24 de janeiro de 1824.”

A esta indagação respondeu Grenfell:

“Sinto muito que um rumor ridículo pudesse perturbar e romper o bom entendimento que existe entre mim e V. Ex.<sup>as</sup>. Se

eu quisesse levar as fôrças marítimas para fora em poucos dias, não podia, porque o seu estado de perfeito preparo para tal fim ainda está muito atrasado, e asseguro a V. Ex.<sup>as</sup> que não farei o maior movimento sem avisar a V. Ex.<sup>as</sup> com antecedência. D. G. a V. Ex.<sup>as</sup> Bordo do brigue *Maranhão*, 24 de janeiro de 1824. (a) John Pascoe Grenfell”.

Enquanto isso ocorre, alastra-se uma revolta que teve origem na Vila de Cametá. Duas facções se digladiam e se hostilizam pondo em perigo o Governo local, consequentemente a própria integridade física da região: de um lado, a facção portugêsa visando a destruir a unidade do Império; de outro os que agiam, desprezando as leis do Império, hostilizando o povo e que se serviam do nome sagrado de S. M. Imperial para cometer os maiores atentados até nas eleições para os deputados à Assembléia Legislativa do Brasil. Daí o apêlo a Grenfell “que por serviço de S. M. Imperial, a bem da segurança pública e da conservação desta Província, e mesmo por sustentar a nossa Independência política, terrivelmente ameaçada por duas facções que nada mais pretendem que destruí-las, houvesse de conservar-se com as fôrças marítimas neste pôrto até que a paz seja restabelecida, extintas as facções, e firmada inabalavelmente a nossa Independência política.”

A tudo ouviu Grenfell. Cumpridor de ordens, declarou: que ligado restritamente às ordens que havia recebido do Ex.<sup>mo</sup>. Almirante Lorde Cochrane, não as podia alterar, de modo que “nenhuma resposta decisiva podia dar neste momento, mas que tomava em consideração o expendido, para responder convenientemente.”

A revolta de Cametá, entretanto, agrava-se pelas impolíticas medidas tomadas pela Própria Junta Provisória que solicita a Grenfell organize uma expedição para pôr fim à mesma revolta.

Atendendo a essa solicitação, Grenfell officia à Junta Provisória, declarando:

“Tenho a honra de informar a V. Ex.<sup>as</sup> que a flotilha está

pronta para receber as forças, que V. Ex.<sup>as</sup> destinam para Cametá. A força é a seguinte:

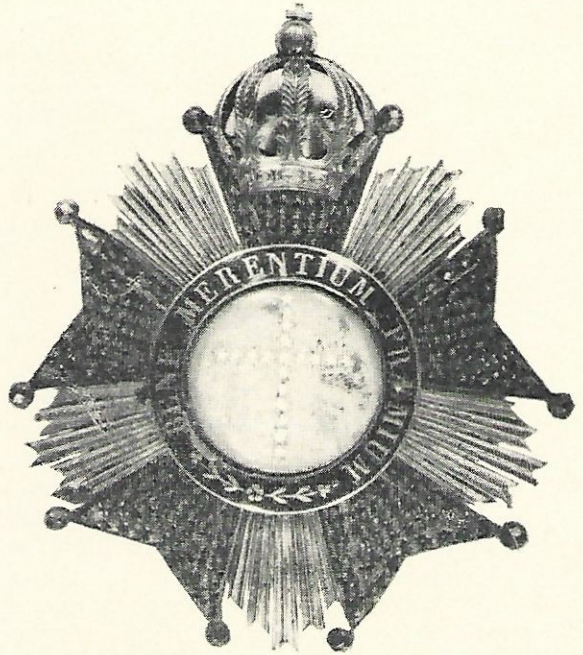
Barca nº 1, com 6 peças; barca nº 2, com 5 peças; brigue-escuna *Lusitânia*, com 8 peças; escuna *Andorinha*, com 5 peças; escuna *Carolina*, com 4 peças; três transportes prontos para levar 300 pessoas.

As embarcações armadas têm provisões a bordo para um mês, e os marinheiros são suficientes para manejar.”

A isto acrescentava no mesmo ofício, o que caiu como que uma bomba no seio do Governo do qual era êle o sustentáculo, que sem êle o mesmo Governo sentir-se-ia fraco, quiçá incapaz de se manter no poder. Isto diz do seu valor como fiel de uma balança que se mantinha em equilíbrio sôbre os seus ombros...

“Tendo findado a comissão de que V. Ex.<sup>as</sup> me fizeram honra de encarregar, eu aproveito esta ocasião de informar a V. Ex.<sup>as</sup> que a fragata *Imperatriz* está completa, e que em obediência às instruções que tenho do Ex.<sup>mo</sup> Primeiro Almirante do Brasil, eu pretendo deixar o Pará às águas seguintes para me unir à Esquadra Imperial no Rio de Janeiro. Pela mesma peço licença de agradecer a V. Ex.<sup>as</sup> o quanto me têm prestado para a execução das ordens imperiais com que eu estou e a marujada agradecidos, assim como as distintas honras com que V. Ex.<sup>as</sup> pessoalmente me têm tratado. D. G. a V. Ex.<sup>as</sup> a bordo da fragata *Imperatriz*, 23 de fevereiro de 1824. (a) *John Pascoe Grenfell*.”

Embora tivesse atendido, satisfatoriamente, à solicitação da Junta Provisória, organizando como organizou, uma flotilha suficientemente forte para debelar, em Cametá e outras partes, uma revolta, a Junta referida não se deu por satisfeita e respondeu-lhe, dizendo, en-



Crachá da Ordem Imperial do Cruzeiro, com que Grenfell foi condecorado pelo Imperador D. Pedro II.

tre outras coisas, numa atitude de aflição que confirma, mais e mais, o valor do próprio Grenfell, como homem e como militar, o seguinte:

“... Uma semelhante decisão veio transtornar inteiramente a resolução do Conselho e suspender a marcha da expedição de Cametá calculando sôbre a segurança à capital guarnecida com as milícias e umas forças do comando de V. S.<sup>a</sup> Uma semelhante decisão derramando o bem fundado receio em uma grande parte dos habitantes obrigou a todos ou quase todos os negociantes e capitalistas a pedirem passaportes para fugirem ao perigo que ameaça a Capital. Uma tal decisão dá causa a que todos os negociantes inglêses aqui residentes fechem suas casas, tranquem seus livros, e se retirem fugitivos, sem que a Junta Provisória tenha facultade de lhes segurar suas propriedades e exigências. Finalmente, uma tal decisão entorna sôbre esta desgraçada Pro-

víncia um chuva de males irreparáveis. Retirar-se a indústria e capitais, desaparece o comércio, aniquila-se a lavoura e é necessário não expressar o horrível futuro que se apresenta; basta ponderar que nenhum serviço pode V. S.<sup>a</sup> fazer mais importante ao Império que conservar-lhe esta riquíssima Província; foi grande, foi mui brilhante o serviço que V. S.<sup>a</sup> fez ao Imperador unindo esta Província ao grande todo o Império Brasílico, mas do que serve isso se ela se não conservar, ou ficar destruída e arruinada porque V. S.<sup>a</sup> a abandona sem que tenham chegado as providências pedidas a S. M. Imperial e a deixa lutar com facções que a dilaceram. Não é isto particularíssimo da Junta Provisória, é opinião pública geralmente manifestada, êstes são os sentimentos do Senado da Câmara, expressados na representação cuja cópia vai inclusa a V. S.<sup>a</sup> etc. etc.

Êste monumento de predicados nada valeram ante a recusa categórica de Grenfell por assegurar à Junta Provisória que nada lhe podia induzir “a faltar às ordens imperiais” recebidas através do seu chefe imediato, o Almirante Cochrane.

Deixou Grenfell, afirma Palma Muniz, o pôrto de Belém com destino ao Rio de Janeiro, no dia 4 de março de 1824, conduzindo a fragata *Imperatriz Leopoldina* e o brigue de guerra *Maranhão*.

Em consequência dêsse ato, a Junta Provisória, a mesma que antes cobrira a Grenfell de tantas e tantas qualidades elogiosas, num gesto que não a dignificou perante a história, o acusa em um longo ofício, datado de 6 de março de 1824, tendenciosamente, perante o Ministro da Marinha, Luiz da Cunha Moreira, da prática de atos insólitos e de procedimentos incorretos, inclusive de ora apoiar os interesses brasileiros, ora de o fazer em favor dos portugueses e muitas outras inverdades que contrastam com a documentação histórica co-

ligida por Palma Muniz, nos arquivos paraenses e que apóiam seu monumental trabalho *Grenfell na História do Pará*.

Por isso conclui o mesmo Palma Muniz: “Sõmente um espírito de vingança, em desacôrdo com a compostura moral que deveria manter a Junta Provisória do Govêrno, poderia ditá-lo.”

Êsse documento da Junta levou Grenfell a conselho de guerra do qual “por sentença do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 18 de abril de 1826, foi absolvido por falta de provas dos artigos de acusação, *aliás tão bem destruídos pela defesa que apresentou.*”

No mês seguinte, no dia 8 de maio de 1826, viu-se promovido a Capitão-de-Fragata, ressarcindo antigüidade no pôsto de 31 de janeiro do mesmo.

Voltamos a 1824. Saído do Pará no dia 4 de março, Grenfell chegou ao Rio de Janeiro no dia 24 de maio dêsse ano. Já havia ordem de prisão para êsse ilustre oficial em face daquelas inverídicas acusações. A fragata *Imperatriz*, na ausência de seu Comandante que se fôra apresentar ao Primeiro-Almirante Lorde Cochrane, é invadida e da câmara do navio, foram retirados pelos executores das ordens do ministro “todos os papéis oficiais e particulares, bem como quarenta contos (de réis) valor de prêsas feitas no Pará, para serem entregues ao Tribunal competente; para remate, conclui H. Boiteux, no dia seguinte, foi passada mostra de desarmamento na fragata. Tal proceder, nunca visto em país algum, alarmou o digno Comandante, que se via assim menoscabado depois de tantos serviços prestados. Temendo ser prêso, refugiou-se a bordo do navio de guerra *Spartiate*, do comando do Capitão Falcon, da divisão inglêsa sob as ordens do Almirante Eire.”

Grenfell é procurado, em vão, por tôda a parte. Encontra êste, porém, meios de entender-se com o Imperador e pelos jornais diários expôs ao público as razões pelas quais não se apresentou à prisão. O Imperador ciente dos fatos, determina o prosseguimento do Conselho de Guerra, já aludido, e dá a Grenfell a cidade por menagem.

## VI — COMBATENDO A SEDIÇÃO EM PERNAMBUCO

Por outro lado, preparava-se a expedição que iria para o norte conflagrado com a revolução separatista de Pais de Carvalho.

Grenfell, prêso a bordo da nau *Pedro I*, para responder a Conselho em 21 de julho de 1824, desejando seguir com a esquadra, apresentou, com informação favorável ao Almirante Cochrane, o seguinte requerimento:

“Diz John Pascoe Grenfell, Capitão-Tenente da Marinha Imperial, que tendo recebido de Vossa Majestade a graça de ter esta cidade por homenagem (menagem), enquanto se procede ao exame de sua conduta no Pará, o suplicante, certo de que aquela conduta foi motivada pelo zelo no serviço de Vossa Majestade Imperial e na execução das suas Instruções; não temendo assim o resultado de qualquer Conselho, e desejoso de se prestar em tôdas as ocasiões que fôsse auxiliar a Causa que tem adotado; humildemente se oferece a acompanhar a Expedição Naval a sair para o Norte, debaixo do Comando do Primeiro Almirante Brasileiro. Portanto pede a Vossa Majestade Imperial seja benignamente servido aceitar a oferta do Suplicante. E. R. M. *John Pascoe Grenfell.*”

Não fazemos nenhum comentário à beleza dêste gesto: estar sendo processado por haver cumprido com o seu dever e ainda assim oferecer-se para lutar pela causa que abraçara. Sua Majestade, julgando necessário os seus serviços naquela região, como de fato os eram, pelo valor do oficial que Grenfell encarnava, concede-lhe, em 30 de julho de 1824, a permissão, em que o ministro diz: “. . . Há por bem permitir que o mencionado Capitão-Tenente acompanhe o referido Primeiro-Almirante a bordo da nau *Pedro I* naquela expedição, durante a qual ficará suspensa a execução das ordens porque se manda-

ra proceder a Conselho de Guerra contra êle, devendo todavia, verificar-se logo que regresse a êste pôrto, para assim poder justificar-se das inculpações, que motivaram semelhante ordem.”

Realizada a comissão citada, regressou ao Rio de Janeiro. A 25 de setembro de 1824, informa Boiteux, “mandou-se prosseguir no conselho de guerra por assim ter requerido para ver, quanto antes, justificada a sua conduta.”

O desfecho dêsse Conselho já o apresentamos linhas acima: foi a absolvição absoluta por falta de provas e por haver-se justificado plenamente.

## VII — NOVAS COMISSÕES — FIM DE SUA CARREIRA NA MARINHA

É nomeado, a seguir, em 6 de abril de 1825, comandante do brigue *Caboclo* “por assim convir ao serviço nacional, não obstante achar-se dependente de nova devassa e sentença do Tribunal Competente e Conselho de Guerra a que estava sujeito.”

Daí por diante sua vida é representada por constantes e inestimáveis serviços prestados ao Brasil, que, perfuntoriamente, resumiremos a seguir:

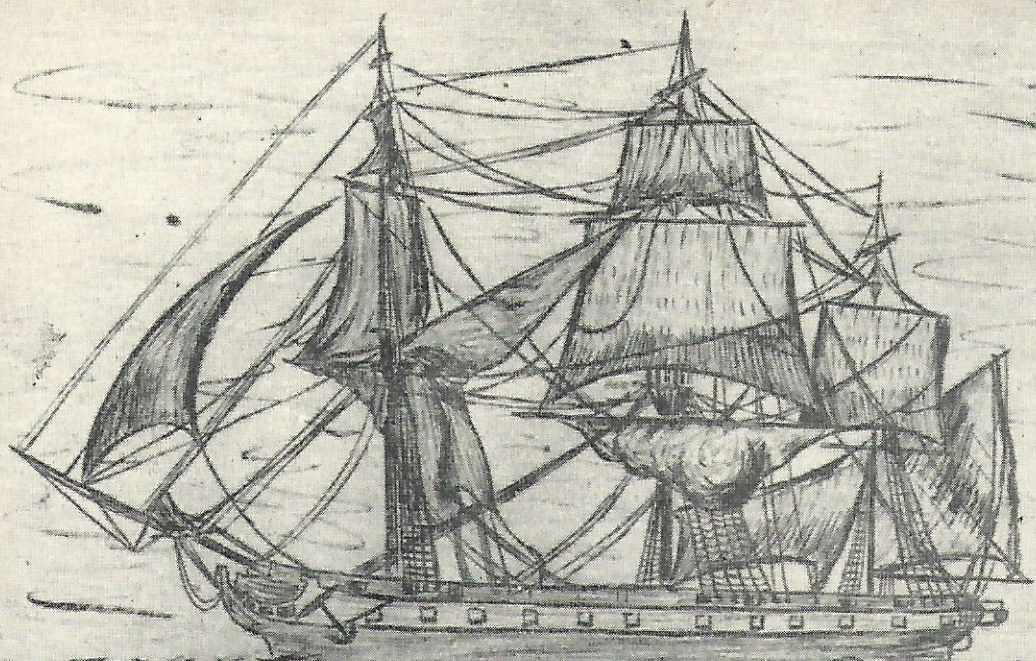
Rebentando a contenda no Prata, por causa da anexação da Cisplatina e estando o seu navio em reparos, Grenfell reuniu o seu pessoal e apresentou-se a bordo da *Niterói* “para não ficar como mero espectador de uma luta em que se empenhavam seus irmãos de armas.”

A sua participação foi tão prestimosa que Norton, comandante da *Niterói* sobre êle disse o seguinte:

“Tenho que recomendar em particular a V. Ex.<sup>a</sup> o Capitão-Tenente John Grenfell, êste bravo e distinguido oficial (estando o navio do seu comando em consêrto) veio logo oferecer os seus serviços e guarnecer com seus dois oficiais e parte da sua guarnição três peças da tolda. Muito devo a sua assistência e sinto que a inferioridade do navio que êle comanda, sendo de pouco proveito o préstimo de um dos melhores oficiais da Imperial Armada.”

Pronto o seu navio, Grenfell volta a êle, agora para se sagrar o herói nacional, pela valentia e pelo sofrimento a que iria se expor.





Fragata Constituição  
(1867 - 1820)

Fragata «Constituição», que foi comandada por Grenfell. Desenho existente no Arquivo Histórico do SDGM.

Era o dia 29 de julho de 1826, o Almirante Pinto Guedes, desmentiria, como diz H. Boiteaux, “a afirmação de Brown de que dentro de dois meses o comércio de Buenos Aires estaria livre e varrida do estuário do Prata a Bandeira Imperial.”

Coube a Grenfell o desafio para que a Esquadra de Brown saísse ao largo para medir forças.

Dá-se no dia seguinte, 30, o choque entre a *Niterói* e a *25 de Mayo*. Em auxílio da *Niterói* vêm o *Caboclo*, de Grenfell, e a *Leal Paulistana*.

A luta se fez com tal furor que um escritor argentino, descrevendo-a, disse: — *la carnicina espanta. Apenas hay brazos para retirar los muertos y los heridos de que estan sembrados los puentes que rebozando la sangre, principian já a derramalo por los embornales.*”

Terminado o combate informava o Almirante Pinto Guedes, em sua parte oficial, sobre a participação do *Cabo-*

*clo*: “Nós tivemos grandes perdas com o bergantim *Caboclo* por demandar menos águas, podia chegar-se mais a barra, ia acoçando a corveta na fuga, e passando um dos bergantins do inimigo que seguia, com os outros, a precipitada fugida da sua, Almirante, disparou alguns tiros, e vieram as balas de uma pirâmide matar um marinheiro do bergantim *Caboclo* e ferir cinco pessoas: mas entre estas o *valeroso e empreendedor Grenfell*, que ainda vive, porém mal prognosticado...”

Levado Grenfell para Montevidéu, foi recolhido ao hospital onde sofreu amputação do braço direito. Sobre isto o Cirurgião do Exército José Pedro de Oliveira fez a seguinte comunicação:

“Il.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Senhor. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>ª</sup> que, examinando ontem as feridas de Grenfell, encontrei o osso úmero fracassado até a sua cabeça articular, cujo estrago era maior do que pensa-

va quando o membro existia volumoso por causa da inflamação. Por isto, e porque o enfermo já se ia afetando de debilidade proveniente da muita supuração complicada com espasmos parciais dos músculos ofendidos, determinei praticar, quanto antes, a amputação a retalho o que teve lugar hoje pelas 11 horas da manhã por ser o meio único de salvar a vida de tão benemérito oficial que até no ato da operação mostrou espírito, coragem e valor. Sou etc.”

Recomendado à consideração de S. M. Imperial pelo Almirante Pinto Guedes, Comandante da Esquadra nas Cisplatinas, foi já o Capitão-de-Fragata John Pascoe Grenfell condecorado com a Dignitária da Ordem do Cruzeiro, por já ser oficial da mesma Ordem e, na mesma ocasião, foi-lhe concedida uma pensão, conforme Decreto de 13 de setembro de 1826, *verbis*:

“Fazendo-se dignos da Minha Imperial contemplação os serviços, por mais de uma vez prestados pelo Capitão-de-Fragata da Armada Nacional e Imperial John Pascoe Grenfell, especialmente no combate que tivera lugar no dia 30 de junho último, entre a Divisão que bloqueia Buenos-Aires e as forças navais desta República, e no qual o referido Capitão-de-Fragata dando como provas de distinto valor o zelo pela causa do Império, perdera um braço, achando-se então aquêlo comandando o *Caboclo* pertencente àquela Divisão: Hei por bem conceder-lhe uma pensão anual de 600\$000 que lhe deverá ser paga aos meses juntamente com o sôldo.”

Diz H. Boiteux, na biografia de Grenfell, que, “para honrar tão distinto oficial foi dado seu nome a uma barca construída em Santos” e que “para convalescer pediu e obteve licença de um ano para ir à Inglaterra, a qual lhe foi concedida em Aviso de 20 de fevereiro de 1827, com os vencimentos e passa-

gem de ida e volta, na importância de 1:400\$000.

Regressando no ano seguinte, foi em Aviso de 16 de abril de 1828, nomeado comandante da corveta *Maria Isabel*, (ex-Americano *Robert Fulton*) seguindo para o Rio da Prata.

A 18 de outubro de 1828, foi promovido ao posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra, deixando em 11 de novembro do mesmo ano, o comando daquele navio. No dia seguinte, 12, foi nomeado comandante da fragata *Isabel*. Esta é a famosa fragata *Constituição*, assim rebatizada em Aviso de 13 de maio de 1831. No comando daquele navio esteve até o dia 7 de junho de 1830. Para tratar de seus interesses em Montevideu obteve um ano de licença em 5 de novembro de 1830, renovada por mais um ano, apresentando-se em 5 de dezembro de 1831. Em Aviso de 21 de maio de 1832, obteve mais dois anos de licença, na forma da lei, para residir em Montevideu, onde se encontrava a sua família. Apresentou-se em 26 de agosto de 1833. Nomeado comandante da fragata *Baiana* em 28 de agosto, dela desembarcou em abril de 1835 para gozar nova licença de um ano, que pediu para ir a Montevideu, a qual lhe foi dada com a cláusula de ser chamado quando o serviço assim o exigisse.

“Em Montevideu, onde se achava, informa H. Boiteux, não deixou Grenfell de trazer ao conhecimento do Governo as manobras que ali se faziam relativamente aos sucessos da fronteira e dos planos políticos urdidos contra a nossa integridade e soberania.”

Por essa época dá-se a convulsão do Rio Grande do Sul, pretendendo fundar a República de Piratinim. Fôra a revolta conhecida como a Guerra dos Farrapos.

Termina Grenfell, em 4 de maio de 1836, a licença que lhe fôra concedida. Apresenta-se às autoridades navais, sempre pronto para o exercício de comissão, árdua que fôsse. É, conseqüentemente, nomeado para comandar as forças navais incumbidas de debelar aquela revolução.

Mais uma vez êsse chefe se destacaria e fê-lo com tanto tato e discerni-

mento que mereceu a honra de se ver graduado, por Decreto de 25 de março de 1841, no pòsto de Chefe-de-Esquadra para ser efetivado, no mesmo, em dezembro também de 1841, "em atenção aos distintos serviços prestados a bem da pacificação do Rio Grande do Sul e integridade do Império."

Naquele comando permaneceu até agosto de 1843, quando regressou ao Rio de Janeiro, aqui chegando no dia 19 desse mês e ano. A 18 de dezembro também de 1843, vê-se escolhido para comandar as Fôrças Navais do Império, no Rio da Prata, estacionadas em Montevidéu.

Dá-se, então, um incidente de que foi motivo um dos nossos marinheiros. Conta-nos H. Boiteaux:

"Um marinheiro nosso tendo ido a bordo de um navio oriental, foi desfeito por um oficial italiano que o comandava; teve os seus uniformes despedaçados, e depois de brutalmente maltratado, foi mandado prêso para o brigue de guerra *28 de Marzo*, da República Oriental do Uruguai. Dessa afronta não foi dada a menor satisfação ao Encarregado dos Negócios do Brasil.

Convencido o Chefe Grenfell de que o Governo Oriental se esquivava dar as satisfações pedidas, exigiu formalmente do Encarregado dos Negócios que reclamasse o marinheiro prêso; que pedisse a demissão do oficial que o havia insultado e uma indenização pecuniária. Marcou o Chefe o prazo para que ao menos fôsse satisfeita a primeira de suas exigências (entrega do marinheiro), vindo as outras em seguida; caso contrário, apoderar-se-ia do brigue *28 de Marzo*, onde tinha o seu pavilhão José Garibáldi, que, perante a nossa legação, assinou termo de não mais pegar em armas contra o Brasil, depois que deixou o serviço da República Rio-Grandense.

No dia seguinte, às 10 horas, estavam 6 escaleres guarnecidos com gente armada e a escuna *Legalidade*, prolongados com o brigue, auxiliados por quatro lanchões para romperem as hostilidades, caso não fôsse entregue o marinheiro.

Chegou neste momento o nosso Encarregado dos Negócios com o pedido

do Chefe da Nação para dilatação do prazo por mais 4 horas, para de todo se satisfazerem as exigências. Consentiu o Chefe Grenfell; retirou-se o Encarregado dos Negócios. Entretanto, continuavam prontos para combater Grenfell e Garibáldi. Ao meio-dia chegou a bordo do brigue *28 de Marzo* Melchior Pacheco Y Obes, Ministro da Guerra e Marinha e General-Chefe das Armas da República, acompanhado de uma guarda de italianos, e cheio de fúria mandou dobrar a carga dos canhões, querendo assim começar as hostilidades. À mesma hora atracou a bordo da escuna o Sr. Leal, participando que o governo assentia em tudo que dêle se exigia. Às 2 horas da tarde estava a bordo da *Euterpe* o marinheiro, demitido o oficial, e demitido Pacheco de Ministro da Guerra, em troca de 500 pesos de indenização, quantia em que fôra arbitrada a importância a pagar."

Estava, assim, desagravado o nosso marinheiro tão injustamente maltratado.

Grenfell era exigente com os seus homens, era disciplinador, mas também não os abandonava nas dificuldades: defendia-os com todo o seu poder e a sua autoridade de Chefe. Por isso, era respeitado e benquistado.

Deixando aquêlo comando, é nomeado, pelo Aviso de 18 de janeiro de 1845, para comandar a Estação Naval do Sul, que compreendia a faixa entre o Rio de Janeiro e o Chuí, no Rio Grande do Sul. Regressou do Rio da Prata a bordo da corveta *Dois de Julho*, içando, após, o seu pavilhão na fragata *Constituição*.

Recebeu por êsse tempo as comendas da Ordem da Rosa pelos serviços prestados no Rio Grande do Sul, e das Campanhas do Rio da Prata e da Independência.

O Aviso de 14 de junho de 1845 comunicou que S. M. Britânica lhe permitiu que conservasse o pòsto de Chefe-de-Esquadra, a serviço do Império do Brasil, visto tratar-se de súdito inglês.

Outra distinção foi atribuída ao Chefe-de-Esquadra Grenfell, indo SS.MM. Imperiais visitar o sul do País, foi êle escolhido especialmente para comandar a Esquadra que os devia transportar.

Compunha-se esta: da fragata *Constituição* do Comando do Capitão-de-Fragata Joaquim José Inácio, corveta *Euterpe* do comando do Capitão-Tenente de Lamare além dos brigues-escunas *Fidelidade* e *Pirajá*, patacho *Argos* e vapor *Imperatriz*.

Realizada a comissão, foi o Chefe Grenfell elogiado por S.M. o Imperador.

Em 18 de julho de 1846, foi nomeado Cônsul do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

Em razão dessa nova comissão, agora diplomática, fêz-se à vela na fragata *Constituição* do Comando do Capitão-de-Fragata Joaquim José Inácio, que seguia para Plymouth, tendo-a debaixo de suas ordens até aquêlê pôrto, em que chegou no dia 4 de outubro. Ali arriou o seu pavilhão, despedindo-se assim do seu antigo navio que comandou quando era batizado com o nome de *Isabel*.

Entre os anos de 1847 e 1848 fiscalizou a construção da fragata a vapor *D. Afonso*.

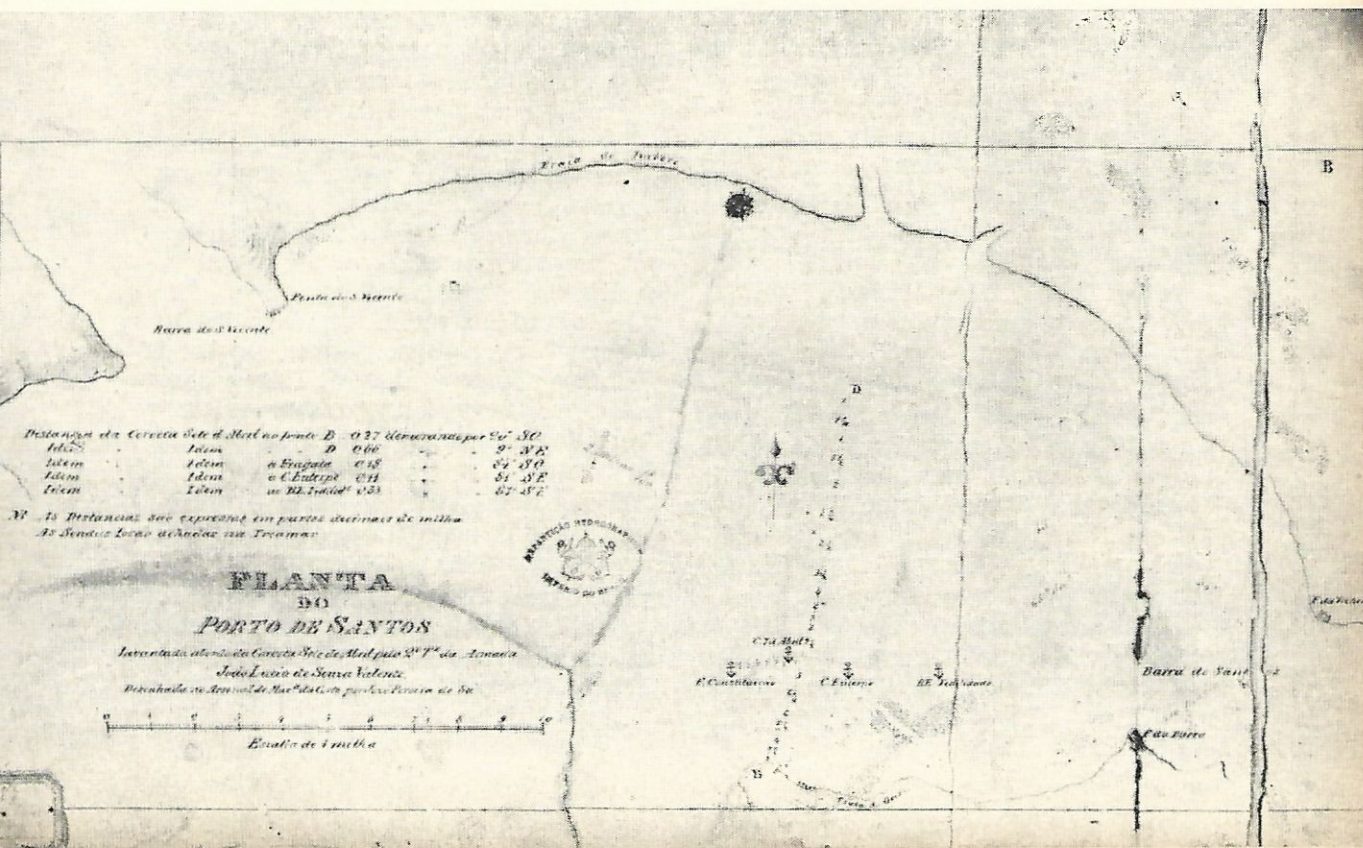
Participando das experiências de máquina daquele navio, no dia 24 de agosto de 1848, juntamente com o comandante do barco, o então Capitão-de-Fragata Joaquim Marques Lisboa, o Príncipe de Joinville e o Duque d'Aumale, que se encontravam a bordo, ajudou a salvar 156 náufragos do navio de emigrantes norte-americano *Ocean Monarch* que foi prêsã de incêndio próximo ao Canal Islandês, cêrca de seis milhas do Great Ornshead, Lancashire. Por êsse ato humano, recebeu os agradecimentos da Cidade de Liverpool e a medalha de ouro da *Liverpool Seamen Shipwreck Society*.

Em 1850, abre-se a questão, conhecida na história, entre a Argentina-Uruguai-Brasil, por Oribe e Rosas.

O Brasil, para fazer valer seus direitos e pôr um paradeiro às afrontas cotidianas feitas à nossa soberania, aumenta as fôrças de mar e terra no Rio da Prata.

Para comandar as primeiras, chama na Inglaterra, o Chefe Grenfell que, ime-

Carta do Pôrto de Santos, vendo-se à direita, no canto inferior, indicados pelas âncoras, os pontos de fundeio dos navios da divisão naval comandada por Grenfell que levou os Imperadores ao Sul. Joaquim José Inácio comandava a fragata "Constituição". Original na Diretoria de Hidrografia e Naveação da Marinha.



diatamente, toma passagem no vapor *Theviot*, apresentando-se no Rio de Janeiro no dia 8 de fevereiro de 1851.

Como se houve nessa missão consignada a história com todos seus detalhes: cumpriu êle o seu dever bloqueando Buenos Aires e as costas do Estado Oriental. Ao final, deu-se a rendição das forças de Oribe.

Monte Caseros, a 3 de fevereiro de 1852, fêz ruir o poder de Rosas, permitindo a paz, e conseqüentemente a livre navegação dos rios, Paraná, Uruguai e Paraguai.

Por tantos distintos serviços foi, por Decreto de 3 de março de 1852, promovido ao posto de Vice-Almirante e nomeado Grã-Cruz efetivo da Ordem da Rosa, pela Passagem de Tonelero. Recebeu, outrossim, a medalha de duplo diâmetro da Campanha do Rio da Prata.

Teve ordem, cessada a Campanha do Prata, de regressar ao Rio de Janeiro, onde chegou no dia 3 de julho de 1852, vindo no vapor *D. Afonso*.

A 12 de julho do mesmo ano, foi-lhe autorizado seguir para Liverpool, Inglaterra, a fim de reassumir ali as suas funções de Cônsul Geral.

Por Decreto de 12 de dezembro de 1862, foi graduado no posto de Almirante e por outro de 9 de março de 1864 encerrava a sua carreira ativa na Marinha, à que servira durante 41 anos de bons e inestimáveis serviços.

Continuou servindo ao Brasil, como Cônsul em Liverpool, por mais cinco anos, ou seja, até a data de seu falecimento, em 20 de março de 1869.

#### VIII — OUTROS INFORMES QUE COMPLETAM A HISTÓRIA DE GRENPELL

Era casado com a Senhora Masini, nascida em Montevideu no dia 7 de maio de 1806 e falecida em Paris no dia 12 de junho de 1860, em cujo cemitério de l'Est-Père-La Chaise, sepultura perpétua nº 346 P, adquirida, em 23-7-1860, pelo próprio Almirante Grenfell, foi sepultada.

Nove anos depois, ou seja, a 20 de março de 1869, falecia em Liverpool, o grande Almirante John Pascoe Grenfell,

sendo, dias após, seu corpo transportado para Paris e ali dado à sepultura. Juntara-se na morte à esposa que tanto amou.

Apagando-se pela ação do tempo, existem no túmulo referido as seguintes inscrições que reproduzimos a fim de que a história as consigne:

*“Here rest the mortal remains of . . . es Masini the beloved wife of John Pascoe Grenfell of the Imperial Navy of Brazil.*

*She was born in Montevideo May 7<sup>th</sup> 1806 and died in Paris June 12<sup>th</sup> 1860.*

*. . . s a death like sleep, a gentle wafting to immortal life.”*

Also

*“The above Admiral John Pascoe Grenfell, born at Battersea in England on the 20<sup>th</sup> day of December 1800, and died on 20<sup>th</sup> day of March 1869, British seaman who fought and bled for the Independence of Chile, Perú and Brazil.”*

A Marinha Brasileira não esquece os seus heróis e, assim, não esqueceu também a figura ilustre de tantos e assinalados serviços prestados ao Brasil, no período da Independência e, depois até a sua morte, como vimos, a do Almirante John Pascoe Grenfell.

Tributou-lhe, na passagem do centenário do seu falecimento, justas homenagens de reconhecimento pelo muito que deu de si à Pátria Brasileira, sempre reconhecida aos que por ela se sacrificam. Grenfell sacrificou-se pelo Brasil e foi um chefe modelar, daqueles que o tempo não apaga, porque, varão de Plutarco, ficou na História Pátria, como um digno exemplo de quanto valem a lealdade e a firmeza de caráter, que nêle sobravam.

O nosso modesto trabalho é, assim, uma parte das mais obscuras, das mais singelas daquelas homenagens.

As outras determinadas pelo Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Augusto Hamann Rademaker Grönwald, consoante proposta do Diretor do

Serviço de Documentação-Geral da Marinha, Vice-Almirante (RRM) Levy Araújo de Paiva Meira foram as seguintes:

- Ordem-do-Dia do Estado-Maior da Armada lida em formatura, em tôda a Marinha, no dia 20-3-1969;
- Missa na Igreja da Candelária;
- Difusão na Imprensa do País de dados biográficos do grande Almirante Grenfell;
- Cerimônia no Cemitério de l'Est, em Paris, no túmulo referido, com colocação de uma placa de bronze, artística, com os dizeres seguintes:

“Ao Almirante John Pascoe Grenfell:

Exemplo de excelsas virtudes militares, dedicação e de sacrifício à sua Pátria adotiva — o Brasil

No Centenário do seu falecimento

Homenagem da Marinha Brasileira

20-3-1869 — 20-3-1969”

#### A ORDEM-DO-DIA DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

“Rio de Janeiro, GB, em 20 de março de 1969 — Ordem-do-Dia Nº 0007/69 — Assunto: Centenário da Morte do Almirante John Pascoe Grenfell.

1. Para conhecimento da MG e devidos fins, faço público o seguinte:

Celebra-se hoje o centenário da morte do Almirante John Pascoe Grenfell, ocorrido a 20 de março de 1869 em Liverpool, investido das funções de Cônsul do Brasil.

Nascido em 1800 no Condado de Surrey, na Inglaterra, cedo ligou seu destino à Marinha e ao Brasil, servindo-os com denodo e inteligência por 46 anos ininterruptos.

Em 1823 passou para o serviço do Brasil, contratado que foi juntamente

com o Almirante Lorde Cochrane, batendo-se sob suas ordens pela consolidação da Independência. Dêle recebeu a missão de comandar o brigue *Maranhão*. A 10 de agosto de 1823 chegava a Belém do Pará e ali desembarcava à frente de um contingente da Marinha. Tratando o adversário com mão de ferro o Capitão-Tenente Grenfell conseguiu, após vários incidentes, onde pôde demonstrar cabalmente o seu valor, restabelecer a ordem naquela conturbada cidade. Estava o Pará definitivamente integrado na comunhão brasileira. Continuou a prestar valiosos serviços ao Império, nos quadros da Marinha, participando em 1826, como Capitão-de-Fragata, da Guerra das Províncias Unidas do Rio da Prata, onde se destacou mais uma vez pela coragem e desprendimento, vindo em conseqüência, a perder o braço direito. Prosseguindo na sua brilhante carreira naval conduziu a divisão Marques de Souza até Caseros onde teve fim a ditadura de Rosas, coroando desta forma sua extensa fé de ofício de vários anos de relevantes serviços prestados ao Brasil.

Assim ao insigne Almirante Grenfell deixamos a nossa gratidão, com a consciência de que a Marinha de hoje, empenhada com todos os seus recursos materiais e morais, honra suas tradições e mantém vivos o espírito de corpo e o patriotismo que iluminaram os seus antepassados.

E possamos, mercê de Deus, sem desfalecimento, prosseguir em nosso constante trabalho, confiantes em nosso destino histórico e com o mesmo amor ao País que inspirou a todos aqueles que, como Grenfell, têm seu nome gravado nas páginas de nossa história e na consciência de cada um de nós. (a) Adalberto de Barros Nunes, Almirante-de-Esquadra, Chefe do Estado-Maior da Armada.”

#### AS CELEBRAÇÕES EM PARIS, DIANTE DO TÚMULO DE GRENFELL:

Ao esforço e melhor vontade do nosso Adido Naval em Paris, Capitão-de-Mar-e-Guerra Esio Seize, deve-se o brilhantismo das homenagens cívicas reali-

zadas junto ao túmulo do Almirante John Pascoe Grenfell, no dia 20 de março de 1969, no cemitério de l'Est-Père-La Chaise, naquela cidade.

Cumpriu-se ali a parte mais importante das homenagens programadas, com antecedência, pelo Serviço de Documentação-Geral da Marinha, àquele Chefe do passado, por isso, realizadas junto aos seus restos mortuários. Essas homenagens vão aqui resumidas à guisa de documentação histórica, tendo em vista o relatório daquele oficial, apresentado ao Estado-Maior da Armada com o ofício nº 0047, de 2 de abril do referido ano, e que, presididas pelo nosso Embaixador, Sr. Olavo Bilac Pinto, foram as seguintes:

- Leitura da Ordem-do-Dia antes transcrita pelo Secretário da Embaixada, Sr. Marco César Meira Naslauskys;
- Inauguração da placa, também antes referida, homenagem da Marinha do Brasil ao seu ilustre herói e chefe do passado;
- Aposição de uma palma de flores, em cuja fita constavam as seguintes palavras: *Homage du Gouvernement du Brésil.*
- Cumprimentos a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Embaixador e ao Adido Naval.

Ao ato compareceram, o Sr. Carlos Chagas Filho, Embaixador do Brasil junto à Unesco; o Sr. Michael Simpson Orlevar, representante do Embaixador da Grã-Bretanha; o Coronel Moncli, representando o Governador Militar de Paris; o Capitão-de-Corveta De Seine, Oficial de Ligação junto aos Adidos Navais, em nome do Almirante Paton, Chefe do Estado-Maior da Marinha Francesa; o Ministro-Conselheiro Paulo Henrique de Paranaguá; o Ministro Hélio Scarambôto, Cônsul-Geral do Brasil; o Coronel Luiz Gonzaga Pereira da Cunha, Adido Militar; o Secretário de Embaixada Marcel M. Tarrisse da Fontoura; o

Sr. Newton Freitas, Adido de Imprensa; o pintor Cícero Dias e outras personalidades brasileiras.

O evento teve publicidade na imprensa local, e foi noticiado para a América Latina pela *France-Press*.

#### O ALMIRANTE GRENFELL NO FUNERAL DO ALMIRANTE COCHRANE, COMO REPRESENTANTE DO BRASIL

Este é um fato, pouco conhecido, sem dúvida, de haver o Almirante Grenfell, por si e como representante do Brasil, nosso Ministro que era em Liverpool, participado dos atos fúnebres consequentes da morte do seu antigo Chefe, o Almirante Lorde Thomas Cochrane, a quem esteve ligado 37 anos antes, nas atividades marítimas relacionadas com a consolidação da nossa Independência, a cargo daquele inolvidável Almirante.

A presença do Almirante Grenfell no funeral realizado na Abadia de Westminster, no dia 14 de novembro de 1860 foi destacada pelo que ela representou de homenagem ao ilustre morto, sendo só citado com Grenfell, nominalmente, o Almirante Sir George Seymour, seu velho amigo, companheiro de guerra de sua mocidade, e Lorde Brogham, também seu amigo de 50 anos, como anotou, em artigo publicado no *Punch*, de Londres, da época, Mr. Tom Taylor e transcrito, como apêndice em *Sequel of the Autobiography of a Seaman*, de Lorde Thomas Cochrane.

\* \* \*

E assim foi a vida do ínclito Almirante Grenfell, vida de sacrifício, de luta, de energia e de altivez, vida que se tornou exemplo para os pósteros, e cuja memória se revestirá pelo muito que fez pelo nosso amado Brasil, que um dia, quem sabe, numa homenagem mais sensível, conferir-lhe-á o título honorífico, de cidadania brasileira, tornando-o, de fato, filho de sua segunda Pátria pela qual derramou o seu sangue generoso.